

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 139/140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE OUTUBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após

ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 246/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar à família do senhor secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Lubomir Antonio Ficinski, pelo falecimento de sua esposa, Vera Jarvis Crocker Ficinski Dunin, ocorrido dia 17.10.2000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(aa) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar à família da senhora Valéria e Hugo Fioravante Collodel, pelo falecimento de sua mãe e sogra, Edna Paulina Graday, ocorrido dia 18.10.2000, nesta Capital.

A falecida deixa ainda os netos Thiago, Lucas e Milena, filhos do casal Hugo e Valéria Collodel.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de pesar pelo passamento do senhor Ney Aminthas de Barros Braga, ocorrido no dia 16 de outubro próximo passado.

Solicita seja encaminhado a seus familiares, a sua esposa, dona Nice Braga, e a seus filhos, sobre o feito aprovado por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Paraná do século XX conheceu um de seus maiores estadistas, o ex-governador Ney Aminthas de Barros Braga, que ocupou diversos cargos tanto no governo federal, como no governo do Estado do Paraná. Em sua folha de serviços se enumeram os cargos mais importantes da Nação, como general de divisão do Exército Brasileiro onde fez carreira militar, de prefeito de Curitiba, de governador do Estado do Paraná, por duas vezes, de deputado federal, de ministro de Estado, quer na Agricultura, quer na Educação.

A imprensa paranaense não cansou em elogios pela sua atuação, e o povo da região Norte e Noroeste do Estado nunca o esquecerá pela construção da Rodovia do Café, com uma perfeita integração entre o Norte e o Sul do Estado.

O escritor Túlio Vargas, renomado político da região de Maringá e do Paraná, em seu artigo escrito para o Jornal “Gazeta do Povo”, intitulado “Ney Braga - o líder”, assim se expressou, em alguns tópicos de seu comentário:

“Não se improvisa um político, muito menos um líder. É possível mascarar durante certo tempo uma liderança plástica e superficial, porém esta não sobreviverá sem vocação e carisma.”

“O líder autêntico terá sempre o pressentimento da história, a consciência da missão, o espírito de conciliação e de humanidade.”

“A virtude está sempre no gesto de tolerância e concessão, no aceno ao diálogo e à concórdia.”

“A liderança de Ney Braga, na política brasileira, ficou remarcada desses ingredientes e subtratos. Introduziu um novo estilo de governo, modernizou o Paraná e dinamizou os ministérios por onde passou com a magia de seu prestígio pessoal.”

“Nenhum líder paranaense, desde Vicente Machado, exerceu tamanha influência em nível nacional. Ninguém poderá, mesmo por paixão, capricho ou ideologia, negar-lhe este mérito.”

Ao povo do Paraná, aos familiares, nossos sentimentos sinceros pelo falecimento do autêntico líder político, Ney Braga.

REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do jovem Bruno César Benatti, filho do prefeito José Gerônimo Benatti, de Nova Esperança.

Requer, outrossim, seja notificado do feito, aprovado por esta Casa, ao senhor José Gerônimo Benatti e a

sua esposa, Mali Benatti, residentes em Nova Esperança, neste Estado.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da senhora Vera Vargas, poetisa, falecida em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de ontem, a senhora Vera Vargas, com 78 anos.

Nascida em Piraí do Sul, em sua cidade natal iniciou os estudos, vindo em seguida para Curitiba e concluiu o Ensino Médio no Instituto de Educação do Paraná.

Formou-se em Direito pela UFPR, assumindo a cadeira de advogada e posteriormente foi procuradora do Estado.

Com forte pendência para as artes, Vera Vargas dedicou-se à escrita, especialmente à poesia, compilada em parte no livro “Um Barco na Poça d’Água”.

Dedicou-se também à música (trovas) e compôs hinos para mais de uma centena de municípios paranaenses e catarinenses.

Era vice-presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura e membro do Centro de Letras do Paraná, da Academia Feminina de Letras do Paraná e da União Brasileira de Trovadores - Seção do Paraná.

Vera Vargas deixa os filhos: José Leonardo Tovar, Getúlio Vargas Tovar, Antonio Tovar Filho, Cintia Linhares e Martin Afonso Farias. À sua família enlutada (Rua Engº Rebouças, 2142 - Curitiba), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da senhora Vera Crocker Ficinski Dunin, artista plástica, esposa do senhor secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, falecida em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de ontem, a senhora Vera Crocker Ficinski Dunin.

Artista plástica, era esposa do atual secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná, senhor Lubomir Ficinski.

Vítima de enfizema pulmonar, já apresentava problemas de saúde durante a semana, vindo a falecer, deixando seus familiares.

À sua família enlutada (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Edifício Caetano Munhoz da Rocha, CEP 80530-909, Centro Cívico - Curitiba), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Goulart, pelo falecimento do senhor Donato José Goulart, ocorrido no dia 16 de outubro do corrente ano, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Cordeiro e Diva Cordeiro, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1932

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Apeop, Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, que no dia 21 próximo vindouro, comemorará 40 anos de atividade do estado do Paraná. É notório da comunidade paranaense a contribuição que essa Associação dedicou ao Estado, principalmente quanto a execução de obras e empreendimentos, conquistando o respeito e o reconhecimento nacional e mundial. Durante 40 anos, sempre primou pela qualidade

de seus serviços e hoje, sentimo-nos orgulhosos desta manifestação de júbilo, extensivos ao presidente, o engenheiro Gilberto Piva, bem como aos funcionários e colaboradores que, incansavelmente, dedicaram-se para o pleno sucesso da Apeop. Os melhores cumprimentos desta Colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a Comunidade Paranaense, augurando votos de muitas realizações.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Tribuna do Paraná, pela comemoração de seus 44 anos.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Tribuna do Paraná comemorou em data de ontem (17.10.2000) seus 44 anos de fundação.

Circulando diariamente com reportagens, entrevistas, páginas de serviços e muita informação, a Tribuna é um dos jornais mais lidos do nosso Estado e da nossa capital. É comum ver dezenas de pessoas paradas em volta de bancas de jornais disputando a leitura de suas manchetes, em especial na área esportiva e policial.

A Tribuna firmou-se desde muito cedo como um veículo de comunicação sério, com uma linha imparcial de divulgação, o que resultou na conquista de Curitiba e Região Metropolitana, orgulho dos paranaenses.

Com uma equipe de profissionais dos mais conceituados, voltados à comunicação de qualidade para a população, a Tribuna do Paraná sempre atuou em defesa dos legítimos interesses do povo do Paraná.

Ao jornal Tribuna do Paraná, através de seu diretor Paulo Cruz Pimentel (Rua João Tcharnnel, 800, cidade da Comunicação, Jardim Mercês, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal de Contas do Estado, pelo recebimento do Certificado Internacional ISO 9001.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná é o primeiro do País a receber a certificação ISO 9001. Com ela, o órgão fica habilitado a promover auditorias internacionais de recursos oriundos dos Estados Unidos e da Europa, regiões para a qual o Tribunal de Contas se habil-

itou ao processo. A entrega do certificado ao presidente do tribunal e Contas foi feita pela Bureau Veritas Quality Internacioanl (BVQI).

O processo de implantação do ISO 9001 foi desencadeado no segundo semestre do ano passado, com os procedimentos básicos para atender aos 20 requisitos exigidos pela norma, que vão desde a definição da política de objetivos da qualidade no TC até o treinamento do pessoal envolvido com o sistema.

A segunda fase, de verificação, ocupou o primeiro semestre deste ano, sendo verificada a aplicabilidade dos procedimentos desenvolvidos em 99, com a realização de várias auditorias internas. Posteriormente foi realizada uma ampla auditoria, encerrada em 30 de junho último, que concluiu pela concessão do certificado.

Antes da certificação o TC implantou um Programa de Qualidade Total, que teve como resultados economia com o descarte de equipamentos sem serventia, doação de bens móveis a entidades filantrópicas, reforma do lay-out físico, padronização do sistema de guarda de documentos e melhoria do fluxo de procedimentos internos.

Pela merecida e honrosa certificação, receba o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de seu presidente, Quielse Crisóstomo da Silva, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Restaurante Mangiare Felice, pela ação social realizada no Dia da Criança, servindo almoço para 150 crianças carentes.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Mangiare Felice promoveu no Dia da Criança, um almoço para 150 crianças carentes de instituições desta capital.

Pelo quarto ano consecutivo, crianças e adolescentes de 2 a 18 anos saborearam diferentes pratos italianos e ainda participaram de brincadeiras e ganharam brindes.

Participaram do almoço de comemoração as instituições República Nova Esperança, Casa das Meninas Madre Antonia, Casa do Piá 1 e 2, Comunidade Hermon e Casa das Meninas. O almoço foi servido pelos garçons da casa seguindo o padrão normal de atendimento.

Além dos 5 sócios, os 42 funcionários do Restaurante trabalharam para atender às crianças, sendo que nove ficaram somente na cozinha para preparar os diferentes pratos.

Esta ação, que demonstra o elevado espírito social destes empresários curitibanos é um exemplo que deve ser seguido por todos nós.

Pela iniciativa, receba o Restaurante Mangiare Felice (Rua Rocha Pombo, 397, Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Guarda Municipal de Curitiba, 8º Grupamento de Segurança Regional Boa Vista, pelos bons serviços prestados naquela região.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O 8º Grupamento de Segurança Regional Boa Vista, desta capital, sob o comando do senhor Marlon Renê Guerreiro de Oliveira, tem desenvolvido um importante trabalho na região de abrangência daquela corporação: Boa Vista, Bairro Alto, Bacacheri, Tarumã, Tingui, Barreirinha, Santa Cândida, Abranches, Pilarzinho, Cachoeira, Taboão, São Lourenço e Atuba.

Há sete anos atuando na região, com 196 funcionários, a corporação tem desenvolvido um importante trabalho na área de prevenção e atendimento da segurança da população local.

Pelos bons serviços prestados, receba o 8º Grupamento de Segurança Regional Boa Vista, através do coronel Hélio de Gomes Meirelles (Pres. Faria, 451, Centro, Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTONº 1951

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de congratulações a todo o magistério paranaense pelo transcurso do Dia do Professor, ocorrido no dia 15 de outubro próximo passado.

Requer, outrossim, que o feito, após aprovado por esta Casa de Leis, seja publicado nos principais jornais desta Capital, incluindo os do interior do Estado, especialmente os de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranavaí, Campo Mourão, Apucarana, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Apucarana.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As comemorações do Dia do Professor têm ficado muito restritas às escolas, sem participação da comunidade como um todo. Longe se vão os dias que ser professor era um “status social”, onde seu dia era lembrado festivamente, com banda de música tocando alvorada, missas festivas em homenagem aos mestres, cultos de ação de graças, bolos, champagnes e refrigerantes para a petizada.

Os chavões mais comuns são:

“Aos mestres com carinho, no seu dia. Parabéns!”

“Ser professor é ser missionário do saber, educando o adolescente para a vida pela vida durante a vida nas escolas.”

“Que Deus o recompense pelo trabalho da educação de nossos filhos.”

Sem ir muito a fundo no papel do professor nas escolas, devo acrescentar que seu papel é pouco reconhecido pela sociedade de forma objetiva e eficaz. O professor, num conceito mais rudimentar, vende um produto que hoje está na prateleira de qualquer computador, via internet, ou de livros didáticos mais atrativos, sem contar com os sistemas de televisão, que vendem “educação à distância”, como dizem.

Educar não é apenas um conceito vago, objeto de vitrines de televisão ou de sites de internet. Educar significa “trazer para fora” todos os anseios, desejos e aptidões de um ser humano em formação, fazendo-o capaz de reagir ao estímulo das turbulências da vida cotidiana. A educação hoje mais do que nunca tem um papel importante na vida de todo cidadão, dadas as dificuldades em nossos dias em vislumbrar parâmetros de dignidade, de honradez, de zelo pela coisa pública, de amor à vida, à natureza, às criaturas que nos rodeiam. Educar é mais do que repetir as palavras de um livro didático, é procurar os caminhos que Deus traçou para todos os seres humanos.

É nas palavras do Divino Mestre que buscamos os preceitos da educação. “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”, disse Jesus Cristo. Na imitação de Cristo está a chave mestra do educar: saber a verdade, mostrar o caminho e procurar viver conforme Ele ensinou.

Na condição de deputado estadual, representante do povo paranaense nesta Casa, quero dizer que sempre tive e terei uma visão crítica e atual do setor educacional. Se quero o melhor para minhas filhas, quero o melhor para nossas escolas, para nossos mestres, para nossos adolescentes.

Buscar melhores caminhos para os mestres no exercício de sua nobre missão é dever de todo parlamentar, e nesse conceito está implícito lutar por melhores salários dos professores estaduais, melhorar as condições das escolas.

Quero, ao parabenizar todos os professores de todo o Estado do Paraná, por ocasião de seu dia, colocar meu gabinete parlamentar ao inteiro dispor dos mestres paranaenses para suas reivindicações.

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à professora Cynthia Werpachowski, pelo recebimento do Prêmio Incentivo à Educação Fundamental, con-

ferido pelo Ministério da Educação e pela Fundação Santista.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Professora Cynthia Werpachowski.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em cerimônia realizada no Palácio Alvorada em Brasília, com a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Educação Paulo Renato de Souza, a professora Cynthia Werpachowski, lotada na Escola Estadual Maria Nicolas, de Curitiba, recebeu o Prêmio Incentivo à Educação Fundamental.

A Professora Cynthia, filha da também professora Lilia Werpachowski, foi premiada por um trabalho que desenvolveu com as crianças da 4ª série da escola, chamado “Pessoas Importantes” de valorização do idoso. A Professora Cynthia, percebendo que as crianças não reconheciam os próprios avós, resolveu levá-los ao Lar Ebeneser, em Campo Comprido, para que elas entrevistassem os velhinhos e reconstituíssem, através de entrevistas, a vida de cada um deles. Dessas entrevistas, surgiu um livro, feito pelos próprios alunos e posteriormente apresentado à comunidade.

É para nós, representantes da comunidade paranaense, na Assembléia Legislativa, motivo de grande júbilo, este dia em que tomamos conhecimento do prêmio conferido à professora Cynthia. A carreira que Cynthia escolheu é, sem dúvida, trabalhosa e ingrata, mas quão sublime e heróico não será o sacerdócio do Magistério?

Arrancar almas à ignorância, iluminar espíritos imersos às trevas, semear nas consciências juvenis o amor à virtude e ao bem, não será isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados a que alguém possa se entregar?

Sua carreira, professora Cynthia, se lhe apresenta cheia de espinhos e dificuldades, mas ao lembrar de que a infância - mantém a matéria-prima da humanidade - está a sua espera sua alma se encherá, sem dúvida, de coragem jubilosa, na ânsia de continuar lutando contra a ignorância e contra a escuridão.

Cynthia, continue sendo o anjo da guarda dessas crianças que lhe são caras, ensinando-lhes os rudimentos do saber, guiando-lhes os passos ainda temerosos, nas sendas da virtude, aconselhando-as nas suas dúvidas, advertindo-as nas suas falhas.

Como o estatuário arrancará desse bloco ainda informe que é o infante, a imagem integral prestante à família e à sociedade.

Sua profissão só encontrará paralelo na do sacerdote, razão por que também exerce um sacerdócio.

Aceite, pois, professora Cynthia, os nossos mais sinceros e respeitosos parabéns em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Médica do Paraná, alusivos ao Dia do Médico, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente doutor Ronaldo da Rocha Loures Bueno, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Cândido Xavier, 575, CEP 80240-280, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Corpo Clínico do Hospital e Maternidade Angelina Caron, alusivos ao Dia do Médico, a ser comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor clínico, doutor Pedro Ernesto Caron, através de correspondência a ser encaminhada à Caixa Postal 46, CEP 83430-000, Campina Grande do Sul-Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à jornalista Melissa Bergonsi, do Jornal do Estado, por ter recebido o prêmio “Jornalista Amigo da Criança”.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Jornalista Melissa Bergonsi, repórter do Jornal do Estado, vai receber o título de “Jornalista Amigo da Criança”.

O prêmio, que é concedido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, é um reconhecimento aos profissionais de imprensa que defendem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Até hoje, apenas 115 jornalistas em todo o país foram laureados com o título.

As matérias que deram o título à Jornalista foram sobre a pornografia infantil e sobre pais que abusam sexualmente das crianças, veiculadas este ano pelo Jornal do Estado.

Melissa Bergonsi soube retratar esta difícil realidade, este gravíssimo problema da nossa sociedade nas páginas do Jornal do Estado - veículo de comunicação que, com uma equipe de profissionais de primeira grandeza trazem diariamente à nossa população suas páginas com o que há de melhor em matéria de informação, reportagens e serviços.

O prêmio recebido por Melissa Bergonsi é patrocinado pela Embratur e tem o apoio da Unicef, da Abrinq e da Agência de Publicidade McCann/Ericsson e a premiação será no dia 7 de novembro em Brasília.

Pela merecida premiação, receba a jornalista Melissa Bergonsi, repórter do Jornal do Estado (Rua doutor Roberto Barrozo, 22, Centro Cívico-Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelos deputados abaixo assinados, após ouvido o douto Plenário, envia uma moção de apoio ao senador Álvaro Fernandes Dias, pela proposição aprovada no Senado da República, criando a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que investigará possíveis irregularidades no futebol brasileiro.

Considera, esta Casa de Leis, que há muito tempo vem se fazendo necessário uma profunda investigação nos bastidores do esporte que abrange a preferência da grande maioria dos brasileiros.

Por outro lado, repudia, com veemência a atitude do deputado Eurico Miranda, que tem desenvolvido todos os seus esforços na tentativa de cercear o andamento da respectiva Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Paraná, deseja, como todo brasileiro expressar o seu desejo de ver passado a limpo os bastidores do futebol nacional, desde a vida de seus clubes até a seleção brasileira, pelo envolvimento da própria sociedade de nosso país.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Nelson Garcia, Ricardo Maia, Plauto Miró Guimarães, Edson Strapasson, Edno Guimarães, Caíto Quintana, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Zuk, Edgar Bueno, Antonio Baratter, Durval Amaral, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Hermas Brandão, Antonio Annibelli, Ademir Bier, Ademar Traiano, Tiago de Amorim Novaes, Valdir Rossoni, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Nereu Moura e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A., Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido do senhor Arlindo de Lima, o qual solicita a implantação de um aparelho telefônico público em frente à Loja do Barulho, de sua propriedade, sito a Rua Genésio Moreski nº 155, bairro Guraituba, município de Colombo. Tal pedido está sendo feito em nome da comunidade, tendo em vista que nas proximidades não há tele-

fone público. Afirma-nos o senhor Arlindo que ele já vende os cartões telefônicos e que as pessoas que são clientes e moradores das proximidades reivindicam tal aparelho, que será de grande utilidade para todos. Se necessário, recomendamos contato como requerente pelo telefone 9114-5646.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A., Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido do senhor Arlindo de Lima, o qual solicita a implantação de um aparelho telefônico público em frente à Loja do Barulho, de sua propriedade, sítio a Rua Genésio Moreski nº 155, bairro Guraituba, município de Colombo. Tal pedido está sendo feito em nome da comunidade, tendo em vista que nas proximidades não há telefone público. Afirma-nos o senhor Arlindo que ele já vende os cartões telefônicos e que as pessoas que são seus clientes e moradores das proximidades reivindicam tal aparelho, que será de grande utilidade para todos. Se necessário, recomendamos contato como requerente pelo telefone 9114-5646.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1935

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Inês dos Santos Andrade, que pede, em nome dos usuários do Terminal Metropolitano de Almirante Tamandaré, a limpeza do mesmo, bem como a retirada dos cães soltos que lá ficam, devido ao lixo e sujeira decorrentes da venda de alimentos dentro do terminal. Os cães famintos são atraídos e causam muitos transtornos para os usuários, motivo de tal reivindicação. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9903-5649.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais, ouvido o Plenário, REQUER, ao Excelentíssimo senhor presidente da Mesa Executiva, seja encaminhado expediente ao diretor Geral do DER, doutor Paulinho Dalmaz, solicitando a designação de técnicos daquele departamento

para que efetuem levantamento atualizado dos valores necessários para o recapeamento asfáltico das rodovias da região sudoeste do estado, nos seguintes trechos:

1 - Dois Vizinhos, Verê a Itapejara d'Oeste, extensão de aproximadamente 40 (quarenta) quilômetros;

2 - São Jorge d'Oeste, São João a Chopinzinho, extensão de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) quilômetros.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Providência ora solicitada é necessária para orientar este parlamentar à elaboração de Emenda ao Orçamento Geral do Estado para o próximo exercício financeiro. Os trechos de rodovias estaduais citados encontram-se em precárias condições de tráfego, acarretando sérios problemas para os usuários, especialmente ao grande número de caminhões de carga que transitam nos mesmos, para escoamento da safra de caminhões agrícola de toda a região e o transporte de produtos oriundos da Empresa Sadia, estabelecida em Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1941

SÚMULA:

Requer o envio de expediente com pedido de informação ao secretário de Estado de Obras Públicas, senhor Augusto Canto Neto com o seguinte teor:

- a) Qual ou quais empresas estão executando as obras das penitenciárias industriais que estão sendo construídas no Paraná?
- b) Qual o valor de cada obra, por ocasião da licitação, e se houve aditivos, quantos, em que data, e seus respectivos valores?
- c) A metragem de cada penitenciária?
- d) O prazo original para entrega das obras?
- e) A fonte dos recursos usados para a edificação dos empreendimentos é Estadual ou Federal?
- f) Se a empresa ou empresas, estão cumprindo rigorosamente com os compromissos contratados em todas as obras?

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com pedido de informação ao secretário de Estado de Obras Públicas do Paraná, com as informações relacionadas na súmula do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo senhor Giovani Gionédís, solicitando que forneça a identificação do(s) patrimônio(s) do Estado que deu(ram) origem a receita sob a rubrica de Alienação de Bens no valor de R\$1.679.379.469,92 (hum bilhão, seiscentos e setenta e nove milhões, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos), realizadas no mês de agosto do corrente ano, como consta dos diversos quadros dos relatórios da execução orçamentária do Estado, publicados no Diário Oficial do Estado de 29.09.2000 em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA, ORLANDO PESSUTI, MOYSÉS LEÔNIDAS, WALDYR PUGLIESI e ADEMIR BIER.

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo “Uma lição de homem público”, publicado no jornal Gazeta do Paraná, (Editorial) do dia 17 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor José Marcos Formighieri, diretor presidente do jornal Gazeta do Paraná, bem como à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A transcrição, para a posteridade, nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo “Uma lição de homem público”, é o mínimo que poderemos solicitar neste momento.

Tombou mais um lutador.

A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos.

Governador Ney Braga, levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tegiversou com o dever. Foi um chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros.

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e a seus exemplos e suas lições há de continuar a ser a bússola da nossa luta pelo bem-estar de nossa terra.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar, como homenagem que lhe devotamos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 333/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Brasileira de Saúde e Assistência para a Terceira Idade - Funbrasati, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora encaminho a esta Casa de Leis, objetiva declarar de Utilidade Pública a Fundação Brasileira de Saúde e Assistência para Terceira Idade - Funbrasati, fundada no dia 21.10.96, com objetivo de atender os anseios e aspirações, do seguimento, visando prestar serviços médicos e psicossociais gratuitos, assim como auxílio alimentação e alojamento aos idosos pertencentes à famílias carentes. A instituição em apreço, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, inscrita no CGC/MF nº 01.569.941/0001-03, com sede e fora à Rua Mamoré nº 75, no bairro São Francisco, nesta capital, estando em pleno e regular funcionamento, face o disposto em seus estatutos.

A instituição referida, no desenvolvimento de seus objetivos prestará, gratuitamente, serviços relevantes à coletividade que representa, e demais seguimentos da sociedade, além de desenvolver projetos nas áreas de educação, cultura, especialmente, esportes específicos para a terceira idade, firmando inclusive, convênios com órgãos públicos e privados, visando o bem comum e o desenvolvimento comunitário.

Face ao exposto, considerando a relevância dos trabalhos prestados pela Fundação Brasileira de Saúde e Assistência para Terceira Idade - Funbrasati, em prol da comunidade. Solicito aos nobres pares a apreciação e aprovação do projeto de lei em epígrafe.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças: no Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje é um dia pelo qual se comemora entre as profissões que compõem a nossa comunidade, o Dia do Médico. Aquele médico amigo, aquele médico que nos dá, realmente, a condição pela qual acontece algum fato em nossa saúde que ele tem, dentro das suas condições intelectuais, de fazer com que a saúde retorne.

E não poderíamos fugir, senhor presidente, senhores deputados, de começar cumprimentando nesse Dia do Médico a nossa Casa, o nosso Departamento Médico e principalmente o doutor Rogério, que é um dos diretores da área de saúde desta Casa, dele e dos demais companheiros que tão bem têm atendido, não só os senhores deputados e nem tão somente os senhores funcionários desta Casa, mas têm procurado de todas as formas possíveis, e ao seu alcance e dos seus colegas, dar um atendimento quando é solicitado.

Mas, o que nos traz, senhor presidente, senhores deputados, além do Dia do Médico, é a tristeza do dia de ontem, quando nesta Casa testemunhamos, no horário da Liderança do Governo, que infelizmente o líder do Governo deputado Valdir Rossoni, não nos emprestava o tempo do aparte solicitado para dele nós inquirirmos de que aquilo que ele dizia, se ele estava, realmente, falando com a vontade dele ou por vontade de alguém. Ele falava que no solo pátrio do Brasil, o maior ágio a ser oferecido a qualquer órgão que foi colocado em leilão, da nação, fosse banco, fosse estatal, o maior ágio conseguido foi o ágio do Banco do Estado do Paraná.

Nós queríamos questionar o ilustre líder do Governo de que esse ágio foi fictício, de que o Banco Itaú pagou aquele um bilhão e seiscentos e vinte e cinco milhões porque vale o Banco. O Banco tem esse valor, porque não é admissível que os diretores de um Banco da altura que é o Banco Itaú fosse pagar 300% acima de um valor pré-fixado. Mentira do líder do Governo. Mentira que houve ágio. O que houve, isso sim, que nós aqui denunciemos e voltamos a denunciar, que naquela avaliação mentirosa do Banco do Estado, naquela avaliação de 400 e poucos milhões de reais, é uma avaliação mentirosa. E se foi pago pelo Banco um bilhão e seiscentos e vinte e cinco milhões, pelos melhores banqueiros da nação, por gente que dirige o Itaú a ser o 2º, 3º Banco nacional, a mentira do líder do Governo está comprovada, porque não iam fazer um negócio mal feito, mal rentável e principalmente de um valor 300% acima do valor que estava sendo oferecido.

Por isso, senhores deputados, nós nos encontramos com a consciência tranqüila, dizendo que o secretário de Finanças, que o senhor governador do Estado não têm mérito nenhum. A avaliação foi pequena, não foi real, do Banco do Estado, o ágio pago foi um ágio do valor que poderia ter sido iniciado no leilão, por um bilhão e 600 milhões. Aí, sim. Acima disso é que teríamos a condição de discutir, realmente, um valor a ser pago dentro do parâmetro que o Banco vale.

Concedo aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Zuk, o DIEESE havia feito um estudo, a pedido do Sindicato dos Bancários e o DIEESE publicou nos computadores da Internet e na sua publicação escrita, no seu jornal, que o valor mínimo aceitável para começar qualquer conversa com relação ao Banestado, deveria ser de 1 bilhão e 500 milhões. É o valor mínimo que o governo do Estado deveria ter fixado. Se o governo tivesse fixado este valor mínimo, dentro do que o Banestado valeria, no mínimo, os compradores viriam preparados para este embate, partindo evidentemente destes valores. Acontece que foi tão baixo, ou subestimado. Primeiro porque foi uma jogada de marketing para dizer que “olha, eu Giovani Gionédís sou um bom leiloeiro”. E, segundo, que criou um situação tal que quem sabe se não há um acordo de cozinha para que, subestimando, um valor bem baixo, tem a impressão de que o Banco está realmente estraçalhado, que vale tão pouco que espantou pessoas, que eles evidentemente pesquisam e estudam, tanto é que os diretores do Itaú disseram na entrevista coletiva, ontem, que eles agora vão conhecer, realmente, o Banco. Agora é que eles vão conhecer o Banco! Eles não podem falar absolutamente nada, se comprometerem com nada com os trabalhadores do Banco, porque eles não conhecem a realidade funcional do Banco. Conhecem um pouco da realidade financeira do Banco. E isto, a subvalorização, deve ter ocasionado um clima de precaução naqueles que poderiam comprar o Banco. E aí, não vieram com a mala recheada. Vieram comprar um pouco acima do valor colocado como mínimo.

Então, na verdade, o governo errou. Errou feio. Todos os jornais dizem que o Banco saiu de graça. Há comentário dos articulistas do jornal, o valor, dizendo que foi a melhor aquisição dos Bancos. O Itaú não comprou tão bem o Banerj e o Bemge. Foi o melhor negócio do Itaú, da história do Banco. O melhor negócio. E este melhor negócio é, evidentemente, o pior negócio para o Estado do Paraná, que construiu este Banco desde 1928.

Então, é isto. O governo entregou mais um patrimônio. Vão ser fechadas agências. Não há salvaguarda para os funcionários. Não há garantias para o povo paranaense. Infelizmente, é uma situação que nos leva não só a ficar descontentes, mas até nos leva a pensar em chorar a situação em que o governador Jaime Lerner deixou o Estado do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, se Vossa Excelência me permitir um aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Com muito bom gosto, mesmo Vossa Excelência não tendo me concedido ontem o aparte, eu lhe concedo.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, não lhe concedi o aparte ontem, porque estava com mais de 10 minutos e tenho por cos-

tume respeitar o Regimento Interno. E Vossa Excelência deve compreender a minha situação, porque cinco deputados da Oposição fizeram uso da tribuna, ontem, e eu, em apenas 10 minutos tinha que responder, porque me achei no direito de respondê-los, porque tinha as respostas...

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas, a Bancada é maior.

O Sr. Valdir Rossoni

Não sei se a bancada é maior ou se talvez ontem os nosso deputado não levaram a sério os pronunciamentos que foram feitos aqui na Casa porque não tinha consistência.

Mas, deputado Zuk, tenho por Vossa Excelência um profundo respeito, o senhor é um deputado combativo, experiente e trabalhador. Agora, quero dizer a Vossa Excelência que não admito e não vou permitir que Vossa Excelência fique na Tribuna dizendo que menti ontem, porque eu estou....

(Discussões paralelas)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Logo em seguida lhe devolvo o aparte. Vossa Excelência mentiu quando disse que teve entre os bancos e citando ainda nominalmente o deputado José Maria Ferreira que o governador do Partido dele, PSDB, tinha conseguido tão somente cinco por cento acima do valor inicial...

O Sr. Valdir Rossoni

Três por cento, três por cento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sabe porque, deputado, é por isso que lhe pedi um aparte, é porque aquela avaliação do banco foi justa e não foi feita avaliação aqui do Banco do Paraná que foi injusta.

Agora lhe devolvo o aparte.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência jamais, tenho um costume quando subo na tribuna, sou uma pessoa que às vezes falo palavras ásperas, mas nunca perco a ternura. Agora também, jamais, jamais, jamais agrido um companheiro por mentiroso, porque veja o seguinte, deputado Zuk, o que eu falei ontem e aí gostaria que Vossa Excelência refletisse e quero que Vossa Excelência permita discordar da palavra mentiroso, porque são números que nós temos. O valor avaliado pelo Banerj teve ágio de 3%. se a avaliação do Banerj foi correta ou incorreta eu não tenho este conhecimento porque não vivo no Rio de Janeiro e nem faço parte da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, mas os números que eu trouxe ontem aqui são verdadeiros, e ontem inclusive não tinha o valor que tinha sido feita a avaliação do Banerj. Hoje forneço para Vossa

Excelência o valor do Banerj na avaliação de venda foi de 311, na venda, com 3% de ágio. Se você tirar 3% de ágio do Banerj, 3% ele vai ficar aí em 300 milhões.

Então, os números que eu disse aqui ontem, deputado Zuk, são verdadeiros, constatamos hoje através dos jornais, então a minha afirmação é verdadeira. Agora, quero dizer a Vossa Excelência que vou brigar até a morte que Vossa Excelência tem o direito de discordar deste deputado. Gostaria que Vossa Excelência não me agredisse porque jamais vou agredi-lo ou vou agredir da forma que Vossa Excelência está fazendo, porque acho que o princípio do respeito e a ética parlamentar dentro desta Casa é a melhor coisa que deve existir e o debate enriquece e faz com que esta Casa cresça.

Fico feliz nesta Casa quando tenho oportunidade de subir à tribuna e fazer a defesa do meu governo e também fico feliz quando vejo a Oposição fazendo cobranças, porque isto enriquece o Parlamento e faz com que todos nós possamos exercitar o que o povo nos conferiu o direito de debater os problemas do Paraná.

Agora, queria pedir a Vossa Excelência, pela amizade e pela admiração que tenho por Vossa Excelência, não use a palavra mentiroso porque ela é uma palavra pesada, injuriosa e Vossa Excelência sabe que eu não mereço isto.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Ilustre Líder do Governo, Valdir Rossoni, mentiroso foram os números que Vossa Excelência defende e nós sabemos perfeitamente bem que eles não são verdadeiros. O deputado José Maria Ferreira trouxe aqui números reais, não dele, mas do Banco Central, do Sindicato dos Bancários, da avaliação do Banestado, nós vimos de que realmente os números não se encontram a razão, deputado, e longe de nós chamarmos Vossa Excelência neste pejorativo que se encaixa naquela matéria que o senhor defende. Nós estamos tão somente apontando de que o Banco Itaú não faria, de maneira alguma, ilustre deputado, um negócio para perder, um bilhão e seiscentos e vinte e cinco milhões é o valor que poderia ter sido partido daí a avaliação do Banco. Se lá no Rio de Janeiro, se lá aonde seja em qualquer quadrante do solo pátrio, senhor presidente, terminando, é um ágio pequeno porque a avaliação foi correta e justa, e aqui a avaliação foi mentirosa para o povo do Paraná. O Paraná foi mais uma vez enganado pelo governo, e temos a certeza que apesar da sua boa vontade, principalmente da educação política que o senhor possui e da desenvoltura em defender o governo, é duro, ilustre deputado Valdir Rossoni, defender o indefensável quando a verdade está à mostra em números reais por diversos organismos ligados ao sistema financeiro da Nação.

Termino, senhor presidente, cumprimentando, e visualizo aqui no nosso Plenário mais uma médica que nos honra com a sua presença nesse dia do médico, que é a ilustre companheira nossa de Ponta Grossa, doutora Valéria, que é do Instituto Médico Legal, e que foi a

nossa companheira e candidata a vereadora no nosso município. Quero na sua pessoa retornar àquela nossa fala inicial, cumprimentar todos os profissionais da saúde aqui do Paraná e do nosso Brasil.

Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No horário do PST concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretora, nobres pares, senhoras e senhores, imprensa.

Ocupo essa tribuna hoje, senhor presidente, num ato de prestação de uma satisfação pública com relação a fatos que ocorreram a semana passada que foi generosamente publicado na imprensa do Estado do Paraná.

Somos empresários na cidade de Maringá há trinta anos, no ramo da construção civil, e como foi noticiado em 1992 uma de nossas empresas teve apartamentos vendidos a pessoas que não tinham renda suficiente, e essas rendas foram alteradas pelos corretores autônomos, pelos compradores dos apartamentos, e a Caixa econômica aprovou esses financiamentos. E a nossa empresa, se algum crime cometeu, foi vender esses apartamentos.

Hoje um processo corre na Justiça Federal contra essa empresa nossa, e com o meu diretor. E como deputado estou sendo processado pela Justiça Federal de Porto Alegre.

Senhor presidente, nobres pares, quem tem conhecimento da matéria, do fato ocorrido, sabe muito bem de que este empresário não teve participação alguma nessa chamada fraude que querem imputar a esse deputado.

Como empresário não tínhamos a visão das consequências que se colocam quando uma pessoa vai para a vida pública. A vida pública faz com que as vitrines aumentem, os adversários aumentem o apetite em denegrir as pessoas.

Estou aqui de cabeça erguida, são trinta e cinco anos. Mas tenho obrigação de dar à opinião pública, à imprensa a minha satisfação. Fizemos negócio com a caixa Econômica com mais de quatro mil unidades entre apartamentos, casas e terrenos, graças a Deus nosso nome até hoje nunca teve um pequeno 'senão'. Hoje diante deste processo que equivocadamente corre na Justiça Federal, nos colocamos à disposição da Assembléia, para que o instituído que protege o parlamentar, que é a sua imunidade parlamentar, somos favoráveis à quebra dessa imunidade parlamentar, para que a Casa possa livremente mostrar à opinião pública, deixar correr o processo, para que possa ao final a sentença declarar se somos ou não, inocentes ou culpados. Só assim é que teremos a consciência tranqüila, os senhores parlamentares sabem disso. A execução pública, a mídia, as interpretações são feitas de acordo com a vontade, desejo e alcance de informações de cada pessoa.

Na vida pública temos essa obrigação de estarmos transparentes para quem quer que seja. Por isso, publicamente, aqui, também deixo não só aberto o processo e o direito de ser processado, por esta Casa, mas também o meu sigilo bancário e a minha declaração de renda, pessoa física e pessoa jurídica.

Se lutei por toda a vida e consegui um patrimônio material, lutei muito mais, para ter um patrimônio moral, para transferir para os meus filhos. Não é agora, por um simples processo, que a Caixa Econômica aprovou e que um comprador de um apartamento alterou a sua renda, no desejo de querer ter o sonho da sua casa própria realizado. Mas que pelas intempéries econômicas, por um país de terceiro mundo, que é perverso com seus cidadãos e que, hoje tem renda, amanhã não tem renda e que, hoje tem emprego, amanhã não tem emprego.

A Caixa Econômica Federal, esse instrumento deveria proteger o cidadão brasileiro com a sua casa, é o primeiro a executar, a tirar a sua casa, a jogá-lo na vala comum, porque aplica correções fora de qualquer alcance, de qualquer trabalhador normal.

Temos quatro milhões de mutuários no Brasil, hoje, 50% com suas situações irregulares, porque não conseguem e existe uma competição, um equívoco que não se pode entender. Porque a Caixa Econômica retira do mutuário o resultado, para que ela possa pagar aos poupadores. A Caixa Econômica faz, acima de tudo, do mutuário, simplesmente, um mantenedor da poupança pública.

Não existe salário nesse País, que possa dar condições, para que ele possa pagar a sua prestação. Foi isso o que aconteceu: a Caixa Econômica aprovou o financiamento e o mutuário foi morar na sua casa. Um ano depois, em 93, não pode pagar, senhor presidente, mais a sua prestação e a Caixa retomou-lhe o imóvel, abriu o processo e viu que havia falsificação da sua renda. Essa renda que a caixa exige, que passa de 35% do valor da prestação. Ele pode pagar a prestação, mas, normalmente, não pode comprovar, legalmente, porque também existe nesse nosso País, é usual a pessoa ser registrada por um valor e ganhar outro valor.

A perda do poder aquisitivo foi tamanha e está sendo, que essas pessoas não têm renda. Perderam apartamento e também o crédito, porque a Caixa tomou-lhes o apartamento e ainda entrou com um processo contra os compradores.

Por sermos a empresa construtora fomos também atingidos, porque simplesmente vendemos apartamentos. Se existe vítima desse processo, acho que são duas. Primeiro, o mutuário que não pôde pagar a sua casa, porque duvido qualquer cidadão pegue a sua esposa, assina um contrato na Caixa e vá para a sua casa, onde realiza o seu sonho, sabendo que não vai poder pagar, que está dando o golpe na Caixa, que dali dois anos vai perder o apartamento e o seu nome. Duvido que um cidadão, em sua consciência faça isso. Duvido também que um construtor, com 35 anos de experiência e que tem a Caixa,

como aliada, fornecedora de financiamento de plano-empresário, possa pegar meia dúzia de apartamentos, senhor presidente, nobres pares, dar um golpe na Caixa, como está querendo demonstrar na opinião pública. Isso é querer diminuir demais a inteligência de uma pessoa.

Se existe vítima nisso, um é o mutuário que perdeu o seu apartamento e não vai ter nunca mais, segundo a Caixa Econômica, porque ela acaba com o nome da pessoa, da esposa, do avalista e ele jamais vai poder ter uma casa financiada e segundo, é a construtora que luta para ter financiamento, que corre o risco de ter financiamento, porque os juros nem sempre são razoáveis e que corre o risco de quebrar a sua empresa num empreendimento desse mas que está lutando para gerar empregos, que está lutando para construir, para poder gerar impostos, enfim, ser empresário num país deste, de terceiro mundo, os senhores sabem o risco que é.

Então, se existem vítimas, são esses dois e agora este deputado, vítima também, porque procurou vir para a vida pública para dar uma função social e hoje está vendo o seu nome execrado e a sua família passando até mal, porque não estamos e nunca fomos acostumados a isso, mas estamos aqui de frente erguida e autorizando a Mesa para que quebre a nossa imunidade parlamentar se assim achar direito, porque essa instituição não pertence ao deputado, essa instituição pertence à Casa, aos eleitores, pertence à Constituição Estadual, no seu artigo 5º. A imunidade parlamentar é um direito da Casa e só a Casa poderá dar, mas da minha parte, eu invoco que esse processo, vindo para Curitiba, como pediu o presidente Nelson Justus e a Justiça Federal de Porto Alegre...

O SR. NELSON JUSTUS

Senhor presidente, gostaria também de alertar as demais lideranças. Vamos ser mais condescendentes por mais alguns minutos com o deputado Divanir Braz Palma, até porque o assunto não é político, não é polêmico. É um assunto pessoal e entendo que lhe cabe pleno direito de justificativa nesta Casa.

Lhe concedo mais um período de continuidade do seu pronunciamento.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado pela compreensão.

Realmente, quando se trata de honra os senhores sabem que honra não tem preço. Honra é construída ao longo da vida e pode ser perdida por um segundo. Se eu for culpado aceito receber a sentença, mas não posso aceitar hoje esse julgamento precipitado porque quem tem conhecimento dos fatos sabe que este deputado só pecou por ser empresário num país injusto como o nosso que ao invés de proteger, escancara o empresário, o mutuário, enfim, todos somos vítimas desse sistema perverso.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Divanir Braz Palma quero manifestar a minha felicidade em ver a posição de Vossa Excelência.

Não vou entrar no mérito sobre a questão que a Justiça está avaliando mas ao que nos cabe analisar. Quando vi essa matéria, fiquei numa situação bastante constrangedora porque imaginava que temos que aqui votar a licença para a continuidade de ouvir Vossa Excelência onde interessa para a Justiça.

Quero dizer que parabeno Vossa Excelência. É uma postura de um parlamentar digno, uma postura que Vossa Excelência tem no sentido de não usufruir dessa imunidade material que a legislação permite que Vossa Excelência poderia usar e se quisesse pararia completamente o processo e jamais a instituição ganharia essa ação de Vossa Excelência, como tenho certeza que Vossa Excelência estará, como já reafirmou e esclareceu que tem todas as condições possíveis de provar que não houve nenhum tipo de ilícito, mas que compete à Casa analisar a licença, quero parabenizar Vossa Excelência, primeiro porque o tira de uma situação constrangedora e segundo, abre uma porta que também queremos trilhar porque deveremos ter processos e temos processos em nossas vidas e queremos também dar toda a transparência. É uma postura digna a de Vossa Excelência, e é um parlamentar que merece todo o nosso elogio e nosso apreço.

Parabéns.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer ao deputado Irineu Colombo pelas suas palavras, muito importantes para mim neste momento, porque a fragilidade existe mas é uma fragilidade superficial. O que manda é a nossa consciência e o nosso interior e estamos agindo assim na plenitude da nossa razão e das informações que temos e dos atos que praticamos.

Obrigado, deputado Irineu.

O Sr. Geraldo Cartário

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Braz Palma, eu o conheço, tive a honra de conviver com Vossa Excelência no ano de 62 na nossa cidade de Maringá quando integrávamos a UMES - União Maringaense de Estudantes Secundários e desde aquela época que Vossa Excelência é um lutador, é um herói no bom combate e tem demonstrado e sempre demonstrou que ao aspirar os grandiosos empreendimentos que Vossa Excelência já fez, só poderia fazê-lo se tivesse competência e capacidade de sofrimento... Vossa Excelência está mostrando isso e acredito que ninguém pode galgar grandes empreendimentos se não tiver capacidade de sofrimento. Vossa Excelência tem sido um herói nos seus empreendimentos, o mais importante, sem dúvida, é o de representar o povo deste Paraná neste Par-

lamento. Vossa Excelência representa o Paraná nesta Assembléia.

Por isso a minha admiração, o meu respeito e os meus parabéns pela sua posição.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA.

Obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Eu também, deputado Divanir, quero dizer que tenho uma posição muito clara quanto à questão da imunidade parlamentar e a vejo em duas situações totalmente diferentes, uma no exercício do mandato parlamentar e aí, a imunidade cabe e deve existir, na outra situação, a sua atitude demonstra a transparência que Vossa Excelência quer dar para o caso.

Quero cumprimentá-lo e dizer que isso engrandece a sua pessoa aqui nesta Casa, porque estou aqui há 10, 11 anos e vejo pela primeira vez um deputado abrindo a sua imunidade e isso é muito bom para a Casa e Vossa Excelência teve a preocupação de estar conosco na Liderança do Governo, fazendo uma demonstração que não era necessária, da questão que Vossa Excelência está sendo processado, não sei se é a palavra correta, e a gente vendo a situação, entende a sua posição e nesse momento, demonstra para a opinião pública do Paraná que quem não deve, não teme e isso engrandece a sua pessoa e engrandece esta Casa e facilita o nosso trabalho. A imunidade parlamentar não deve ser aberta no exercício do cargo. Esta não podemos abrir mão, porque é necessária porque precisamos em determinados momentos, dessa imunidade. Agora, a sua questão é uma questão empresarial e pelo que eu vi, Vossa Excelência não tem o que temer e nada mais justo, porque assim Vossa Excelência vai ter a cobertura da imprensa e a imprensa vai mostrar o seu lado, a sua verdade e vamos deixar que a Justiça faça justiça.

Cumprimento Vossa Excelência por essa atitude.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço, deputado Rossoni por suas palavras bem colocadas que vêm de encontro com os ditames da nossa consciência.

O Sr. Hidekazu Takayama

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Companheiro Divanir Braz Palma, como presidente do Partido que Vossa Excelência faz parte, gostaria de me solidarizar com Vossa Excelência e dizer que o partido aqui no Paraná estará lhe dando pleno apoio e acompanhamento e lhe comunicado, através destas palavras, a nossa solidariedade a vossa pessoa. Sabemos que vivemos num País em que algumas questões têm que ser revistas, uma delas é a questão das acusações levianas,

julgamos precipitados e atitudes que em nada contribuem para o crescimento de uma sociedade que quer se colocar com destaque no universo em que vivemos.

Nesta hora este prejudgamento que joga na mídia a situação de Vossa Excelência sem antes passar por um julgamento, entristece a todos nós porque essa situação leva aqueles que querem viver uma vida digna, a ficar preocupados com a situação no mundo em que ele vive e nesta hora quero dizer a Vossa Excelência que nesse período de convivência que tivemos juntos no nosso partido, aprendemos a admirar a sua postura e queremos dizer que em todo o momento estaremos juntos com Vossa Excelência, porque acreditamos na sua lisura, na sua inocência e também acreditamos na sua força para poder superar e suportar esses momentos contrários que muitas vezes destroem toda uma vida construída ao longo dos anos através do sacrifício, do suor do rosto e do calo nas mãos.

Nossos parabéns à postura de Vossa Excelência, o meu aparte era só para lhe informar que estamos ao seu lado em todos os momentos em que Vossa Excelência estiver nessa luta.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, presidente do meu Partido, Takayama.

O Sr. Edno Guimarães

Nós, já através da imprensa tomamos conhecimento deste episódio, desta calúnia, e conhecemos Vossa Excelência, como o senhor tem atuado como empresário, somos da mesma região, conhecemos a maneira de o senhor agir e sabemos da sua seriedade nos seus atos. Acho que temos que travar nesta Casa um debate para que fosse revisto o que é cobrado do mutuário, eles têm cobrado, tanto é que a Caixa Econômica deu uma isenção agora, o governo federal, de até 90% do saldo devedor de um período de 80 e pouco até 90 e pouco, isso é porque cobram juros exorbitantes e o mutuário não tem como pagar.

Então, de maneira nenhuma esses mutuários que fizeram isso, tinha que ser feito um parcelamento a eles de acordo com que eles pagam e não processo para tomar a casa deles, tem que ser o contrário, a Caixa é que tinha que ser revista essa situação, ela tem que fazer um novo procedimento e parcelar novamente de acordo com que ganham essas famílias hoje no Brasil e no Paraná.

Temos muitos mutuários que já deixaram o Brasil e estão em outros países ganhando dinheiro para vir pagar o débito da Caixa Econômica.

Então, o senhor pode ficar tranquilo que o errado não é Vossa Excelência, o errado é esse procedimento do Brasil, da Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Solicito que Vossa Excelência encerre o seu pronunciamento sem mais apartes.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, senhor presidente, desculpe-me por ter excedido o tempo, obrigado deputado Edno por sua colocação muito feliz. Realmente existem mais vítimas do que autores.

Só quero, para encerrar, dizer que a minha vida pública está aí, aberta.

Estou à disposição de quem quiser, da imprensa para detalhes que quiserem saber; aguardo serenamente a decisão da Assembléia para que quebre a minha imunidade parlamentar para que acelere esse processo, para que a sentença seja dada o mais rápido possível, e espero serenamente que se faça justiça.

Eu, como brasileiro, como parlamentar, representante do povo paranaense, não posso ainda duvidar da Justiça do meu Estado, do meu País.

Muito obrigado, senhores deputados, muito obrigado, imprensa, obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caño Quintana)

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário. Deputado Hermes da Fonseca fará uso da palavra no horário da Liderança do PT.

O SR. HERMES DA FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Ontem, usou a tribuna o Líder do Governo, ilustre deputado Valdir Rossoni, para festejar e comemorar a venda do Banestado para o Banco Itaú, como se isso fosse o grande negócio para o Paraná, como se isso fosse a salvação das finanças públicas do Estado do Paraná. No entanto os analistas econômicos dos maiores jornais do país, inclusive, o caderno Dinheiro, da Folha de São Paulo de hoje traz alguns artigos que dizem exatamente, ou refletem exatamente o mau negócio que foi a venda do Banco do Estado do Paraná para o Banco Itaú isto para o povo do Paraná, para o governo talvez que resolve os seus imediatos de caixa, mas para o povo do Paraná, para os acionista, e para o Estado do Paraná foi um mau negócio.

Um dos artigos diz o seguinte: Créditos Fiscais devem reduzir o valor do banco para um bilhão.

O Banestado foi vendido por um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões, mas a utilização dos créditos fiscais e créditos tributários, pelo novo comprador vai fazer com que o preço final da venda do banco para o comprador se torne bem menor.

O outro artigo diz o seguinte: O Banco pode ter saído de graça para o novo dono, exatamente, porque com a utilização de cerca de um bilhão, setecentos e trinta e quatro milhões de crédito tributário registrado nos balanços do banco, com a elevação de capital feita pelo novo comprador, o novo comprador pode diluir o preço do dinheiro, para o pagamento do Banestado, com a utilização dos créditos fiscais tributários e, conseqüentemente se ele conseguir usar totalmente aquilo que está

registrado em Balanço, o Banco poderá ter saído de graça. Como é o título desse artigo na Folha de São Paulo de hoje.

Se não bastasse isso, o Itaú poderá demitir três mil funcionários do Banestado, exatamente a grande preocupação social, dos sindicatos, das federações de trabalhadores, exatamente com a possibilidade de admissão, pelo novo dono do Banco.

Portanto, não existe motivo no nosso entender, não existe nenhum motivo para regozijo, nenhum motivo para alegria nem para festa, como se manifestou ontem, o Líder do Governo.

Até porque nos chega neste momento uma denúncia que foi apresentada ao Ministério Público do Estado do Paraná, por um cidadão que se identifica Roberto Rocha, funcionários público municipal e que apresenta hoje no Ministério Público uma denúncia contra os negócios suspeitos e escusos feitos pela CIC, com envolvimento, inclusive, do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná e também, do Banco do Estado do Paraná, que é o gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado.

Esta privatização ocorreu dessa forma, não foi adiada, porque muita coisa nebulosa está envolvida nessas transações do Banco do Estado do Paraná.

Quantos são os devedores inadimplentes, de créditos vultosos que o Banco terá para receber, tem para receber, que hoje são transferidos atrás do processo de imunização para o Estado, para a Secretaria de Finanças do Estado do Paraná?

Pergunto: se o Banco, que é uma instituição que vende dinheiro e cobra o dinheiro com os seus juros e acréscimos pactuados na operação, não conseguiu cobrar ou não consegue cobrar desses devedores que têm padrinhos no Estado do Paraná, que não conseguiu, através do processo de execução, de protesto, que tinha todos os instrumentos legais, isso é a prática do Banco para receber os seus créditos, quando vende e quando alguém não paga, transferir para o governo do Estado do Paraná?

Pergunto: quando e como, de que maneira o Estado do Paraná vai receber esses créditos transferidos pelo Banco do Estado do Paraná ao governo do Estado do Paraná?

Pergunto: se não haverá e continuará havendo o apadrinhamento, a intervenção das pessoas poderosas na política do Paraná ou nas finanças do Paraná, para evitar que o governo do Estado venha cobrar desses devedores inadimplentes do Banestado.

Pergunto se as questões políticas não estarão interferindo para que o Estado do Paraná venha postergar ou adiar ou nunca cobrar esses créditos que foram transferidos do Banco para o governo do Paraná.

O que devemos hoje dizer, é que não se pode festejar, não se pode comemorar a venda de um patrimônio da sociedade paranaense, dos seus acionistas, dos acionistas minoritários e do próprio governo do Estado, que simplesmente, praticamente doou o seu patrimônio que é o

Banco do Estado do Paraná, para a iniciativa privada, para o Banco Itaú.

É lamentável que ainda existam os que defendem e comemoram esta operação, uma operação no nosso entendimento, imoral, ilícita, se levarmos em conta que o Banco do Estado do Paraná foi um Banco construído com o suor de todos os paranaenses, de todos os acionistas majoritários e minoritários e que ajudou a levar o desenvolvimento econômico e social para todos os rincões do Paraná e hoje é vendido a preço vil, porque a utilização pelo novo comprador, o Banco Itaú, de todos os créditos fiscais e tributários, vai fazer com que esse Banco tenha custado muito barato para o Banco Itaú. Seria, na verdade, uma doação que o governo do Estado do Paraná fez para a iniciativa privada e é mais uma de todas aquelas que ele tem feito para dilapidar o patrimônio público do povo paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, já abordamos esse assunto relacionado ao Banestado por muitas vezes e com muita força, aqui da tribuna da Assembléia. É uma pena que o nosso grito - como temos dito - não passe desse concreto e não chegue às ruas e não tenhamos a força e as condições para poder dizer ao povo do Paraná, para contraditar a informação oficial de que o governo fez um bom negócio.

É uma situação rara, senhor presidente. O governo age com irresponsabilidade, "torra" o patrimônio público, comete desatinos e faz propaganda na imprensa do Paraná, dizendo que fez um grande negócio, dizendo que foi um expert num negócio maravilhoso, faltando dizer que foi maravilhoso apenas e tão somente para quem está no poder hoje, mas não para o povo do nosso Estado.

É uma pena que nós deputados não consigamos, não tenhamos força para poder atingir o povo do Paraná como o governo tem, com o dinheiro do próprio povo, levando essa informação distorcida para que a população possa crer que a venda do Banestado foi uma maravilha para o Paraná, que foi um "negócio da China".

Hoje, os jornais de todo o Paraná, lá do interior, circularam com páginas inteiras propagandeando a obra maravilhosa do governador Jaime Lerner, de vender o Banco do Estado do Paraná. Então, são as diferenças que possuímos: de um lado a força, o poder, o dinheiro e do outro lado a voz, o grito, a vontade, o desejo de combater o bom combate, de defender os interesses da população.

Mas, senhor presidente, além do que já foi dito aqui, com sabedoria, pelos meus colegas parlamentares, quero acrescentar mais: o deputado Valdir Rossoni, por diversas vezes utiliza a tribuna para dizer que o rombo do Banestado é fruto não só do governo Jaime Lerner, mas

também, de governos anteriores. E estamos, a partir de hoje, coletando as assinaturas, propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Casa, para investigar o Banestado desde 1982, para que fique muito claro, aqui, de quem é a culpa pelo rombo do Banco do Estado do Paraná. Quem é que destruiu o nosso Banco: se a partir de 82, quando o governador José Richa governou o Paraná, o governador Álvaro Dias, o governador Requião e o atual governo do nosso Estado. Então, vamos coletar as assinaturas e temos certeza de que não faltarão as assinaturas necessárias, porque não queremos crer que tenha, na Casa, algum deputado que não queira passar a limpo toda essa história.

E para que não parem dúvidas, senhor presidente, não queremos investigar só o governo Jaime Lerner, porque este já sabemos que está eivado de erros, de atos impróprios. O Paraná já sabe. Mas para que não fiquem pensando que queremos fazer uma perseguição em cima do atual governador, vamos passar a limpo o nosso Estado a partir de 82.

Já coletamos as 14 assinaturas dos deputados da Oposição e vamos, agora, convidar todos os deputados que têm assento neste Parlamento, para assinar a CPI do Banestado, para que possamos dar uma resposta ao povo do Paraná: para dizer quem é quem, quem foram os responsáveis por esta tragédia que se abateu no nosso Estado com o leilão de ontem, com a venda do nosso Banco, com a venda do patrimônio do povo do Paraná.

Por isso, quero deixar aqui, explicitado, o nosso desejo de que a partir de agora, vamos convidar todos os deputados - de todas as bancadas, para que emprestem o seu apoio, para que possamos investigar, fazer uma Comissão séria, uma Comissão limpa, sem interesses. Uma Comissão onde tenha políticos de todos os partidos, para que possa ter a credibilidade necessária para fazer uma investigação tranqüila e transparente. É este o nosso desejo, senhor presidente.

Por outro lado, queremos manifestar a nossa preocupação e estamos apresentando um requerimento, senhor presidente, à Mesa, para esclarecer algumas dúvidas em relação ao balanço publicado no Diário Oficial - balanço financeiro do governo, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná no mês de setembro.

No mês de agosto, senhor presidente, apareceu na contabilidade oficial, um recurso proveniente de alienação de bens no valor de 1 bilhão, 679 milhões, 379 mil, 469 reais e 32 centavos. Senhor presidente, este dinheiro entrou nos cofres do Estado do Paraná no mês de agosto do ano 2000. No mês de setembro, esses recursos foram transferidos para o Paranáprevidência, capitalizando o Paranáprevidência.

O que queremos saber? O que é que o governador Jaime Lerner vendeu? de onde são provenientes esses recursos? Estamos imaginando, senhor presidente, que o governador vendeu a Copel na calada da noite. Só pode ter essa explicação, porque não há outro patrimônio que

possa ter um valor igual a esse. Por isso que estamos aqui fazendo um pedido de informações, porque estamos desconfiados que o governador Jaime Lerner vendeu para o governo federal a Copel, na calada da noite, na escuridão da noite, sem que nenhum paranaense tomasse conhecimento, apenas agora, pelo Diário Oficial do Estado.

Então, é essa a dúvida que queremos saber.

Pode ser que o governo federal tenha ficado com pena do Paraná e tenha emprestado esse dinheiro: um bilhão e setecentos milhões para o Paraná. Pode ser que tenha. Então, por isso que queremos saber.

Agora, se o governador Jaime Lerner vendeu a Copel escondido, calado, no período da campanha eleitoral, senhor presidente, será um golpe de morte para o povo do Paraná. Um golpe tão profundo como esse perpetrado quando entregou o Banco do Estado. Mas a Copel, é senhor presidente, uma empresa de fundamental importância para a nossa economia, para a população do nosso Estado. De repente, a suspeita e a dúvida de que o governo, irresponsavelmente tenha vendido a Copel sem avisar a sociedade e sem comunicar, calado, escondido, quietinho, com vergonha do seu próprio ato, envergonhado das suas mazelas, entrega o patrimônio do nosso Estado.

Então, por isso, quero pedir, senhor presidente, a aprovação deste requerimento, para que possamos colocar o pingô em cima do “i”.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Liderança do PFL.

(Declina)

Liderança do PSDB. Com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de agradecer a oportunidade da Liderança do PSDB. Mas, antes de entrar no assunto que trago à tribuna, hoje, gostaria de me solidarizar com o deputado Divanir Braz Palma, principalmente pela postura que teve frente a esse problema que colocou aqui para o conhecimento dos deputados. Fique tranquilo, deputado Divanir, até porque a Caixa Econômica Federal há poucos dias, numa *mea culpa* que fez, isentou milhares de mutuários deste País, aqueles que obtiveram contratos antes do ano de 1997, dizendo que esses mutuários foram, realmente, prejudicados pelos planos econômicos acontecidos no País e pelos contratos firmados pela própria Caixa Econômica Federal. Da forma que Vossa Excelência coloca aqui esse problema, é duro para um homem público, e somos todos públicos, pessoas que têm ligação com as nossas comunidades, às vezes sai numa manchete de jornal, às vezes sai na imprensa algo que parece ser a verdade, mas que no decorrer do tempo acabamos de ver que não passou de uma acusação ou de uma ilação fácil. Mas, infelizmente,

sobram marcas para nós que temos consciência na nossa vida pública.

Tenha, portanto, a nossa solidariedade e como tenho absoluta certeza que o senhor conta com a solidariedade dos demais deputados desta Casa.

Mas senhores deputados, acho que o nosso País, quem sabe uma paixão similar à política, ou maior, que tem relações profundas com a nossa cultura, que faz parte da nossa história, que levou quem sabe os primeiros passos do nosso Brasil a ganhar fronteiras, que teve, quem sabe, o primeiro cartão postal do nosso País, a não ser aquele moldado pela brava gente brasileira, que no decorrer da nossa história tomou atos políticos que descreveram o caminho do Brasil, com certeza absoluta, quem sabe a maior paixão da nossa Nação, a identidade que temos, é uma identidade voltada a um esporte principal, a um esporte que leva multidões a serem apaixonados, a um esporte que nos deixou orgulhosos quantas vezes, vendo a Seleção Brasileira a desfilar pelos campos do mundo inteiro, nos dando a noção, pelo menos neste campo, de que éramos os melhores.

De um tempo para cá assistimos a muita coisa do nosso futebol. Perdemos, quem sabe, aquela vontade de num jogo da Copa do Mundo fechar o comércio de todas as cidades do nosso Brasil, pessoas andando apressadamente nas ruas, buscando um lugar frente à televisão para ver lá aquilo que mais nos orgulha, o esporte nacional capitaneado pelo símbolo deste esporte, que atravessou as fronteiras do mundo, do nosso querido Rei Pelé.

De um tempo para cá, senhor presidente e senhores deputados, este esporte não virou apenas fruto da paixão dos nossos concidadãos brasileiros. Virou uma dúvida. Motivo de revolta, às vezes. Virou motivo de crítica pela população, muitas das vezes. Virou mais do que amor à camisa. Virou um negócio. Um negócio de proporções muitas vezes descabida. Um negócio de proporções, muitas vezes, que não são palpáveis pela população. Às vezes aquele que vai ao campo de futebol, na ânsia da paixão de torcer pelo seu time, jamais ficaria sabendo o que ocorre por trás dos bastidores. Seria um crime contra o nosso Brasil se no momento em que há uma aspiração nacional, para que sejam desvendadas algumas das falcaturas, dos problemas que acerbam este esporte, paixão nacional, seria um crime que tivéssemos, por parte das autoridades brasileiras, a possibilidade de pelo menos verificar o que está acontecendo. Não é porque fizemos um fiasco com a seleção na Olimpíada. Não! Não é porque estamos vendo estampadas nas manchetes de jornal pelo País inteiro! Não é porque estamos vendo reportagens em revistas de circulação nacional os problemas que ocorrem com o nosso esporte. Mas, muito mais porque a população brasileira quer saber o que está acontecendo, para que o esporte brasileiro, o nosso futebol, chegasse ao ponto que chegou.

Pois bem, senhor presidente, faço essa introdução para daqui prestar solidariedade ao paranaense, que foi governador do nosso Paraná, que é senador da República,

que faz parte do nosso Partido, do PSDB, que ousando mais uma vez, não tendo medo em absoluto de nenhuma pressão, de nenhum esquema poderoso, não tendo ele, senhor presidente, quero deixar claras as palavras do senador Álvaro dias, não tendo ele para esta CPI que propôs no Senado da República, não tendo ele a referência do Paraná. Não! Tendo ele referência do que ocorre no Brasil, do que ocorre por trás deste esporte que movimenta milhões, bilhões de reais neste esporte que acima de tudo é uma paixão dos nosso brasileiros. Não teve o senador Álvaro Dias a referência do Paraná, aliás, o Paraná vai muito bem. Os problemas que houveram no Paraná são de conhecimento público. O que fez o senador Álvaro Dias ao propor a CPI do futebol? Era para que pudéssemos ter a possibilidade de averiguar o que ocorre por trás de muitos esquemas que foram montados e que sobrepujaram aquilo que é fundamental neste esporte que como já falei é uma referência nacional.

Quero prestar esta solidariedade ao senador Álvaro Dias porque ele recebe agora, senhores deputados, a maior pressão que um parlamentar poderia receber. Fazem o possível e o impossível para tirá-lo da Relatoria da CPI. Não deixam participar da discussão que poderia averiguar de perto esta situação. E ainda, não conheço pessoalmente o deputado Eurico Miranda, devo tratá-lo como pessoa pública que recebeu, como ele disse, 110 mil votos no Rio de Janeiro, mas deveria honrar os votos que recebeu e não demonstrar tanto corporativismo, não deveria ele demonstrar tanta culpa no cartório ao imediatamente começar a ofender o senador Álvaro Dias, inclusive pessoalmente num fato que há uma aspiração nacional. Seria não atender os leitores como ele colocou se não tivesse o senador Álvaro Dias proposto a CPI no Senado Federal. Ao propor a CPI creio, senhores deputados, que o senador Álvaro Dias está realmente mexendo na caixa preta disto que causa a revolta de milhares de brasileiros por este País afora que muitas vezes com todo o sacrifício guardaram o dinheirinho durante a semana para no final de semana pagarem o seu ingresso, adentrarem a um campo de futebol para assistirem lá um espetáculo e muitas vezes são surpreendidos com notícias que apenas enxovalham, denigrem o orgulho da nossa pátria com relação a este esporte, o nosso futebol, que já foi o exercício do amor à camisa.

Olha, vejo aqui, deputado Caíto Quintana, nosso presidente, inúmeros deputados que têm na sua vida, como vejo aqui o deputado Algaci Tulio uma ligação muito forte com o esporte e acho que o Paraná, independentemente de Partido político, de posição política que seja, acho que o Paraná, na Assembléia Legislativa, temos que ter a solidariedade, até porque esta afirmação do deputado Eurico Miranda querendo jogar o esporte do Paraná contra o senador Álvaro Dias, deve ser rechaçado aqui na Assembléia, essa vontade do deputado Eurico Miranda de descaracterizar o que significa a proposição do senador Álvaro Dias, querendo jogar aqui o esporte do Estado, os times aqui do Estado contra o senador. Tem

uma vertente que nos leva a crer que queria ele desviar a atenção, prejudicar a proposição e devemos rechaçar isto porque se tivesse que fazer alguma CPI a nível de Estado quem teria que propor era a Assembléia Legislativa do Estado o Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Quero aproveitar, deputado, e cumprimentá-lo pela oportunidade que vem à tribuna trazer um assunto tão importante como este, porque independe de cores partidárias, tenho colocado isto sempre nas minhas posições aqui na Assembléia em relação a PMDB, PSDB, ao PT, enfim, acho que neste momento está em jogo o Paraná, a política do Paraná, e podemos aceitar esta atitude grotesca, mal-educada do senhor Eurico Miranda quando se dirige ao senador da República, que é um senador do Paraná, que não é do meu partido mas é do meu Paraná. Acho que essa Assembléia deveria tirar uma posição, deputado Zucchinho, uma manifesto de solidariedade primeiro ao senador Álvaro Dias, e um manifesto de repúdio à figura política do senhor Eurico Miranda.

Era o que queria colocar no seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado pelo aparte deputado Algaci.

Concluo, senhor presidente. Era essa a sugestão que faria à Assembléia, que tirássemos aqui realmente uma posição de solidariedade em nome da Assembléia ao senador Álvaro Dias. E o senhor Eurico Miranda, ele que faça as trapanças dele no futebol no Estado dele, é um problema da população do Rio de Janeiro para julgá-lo. Mas a questão do esporte, do futebol do nosso Brasil, é uma questão do seio íntimo de todos os brasileiros do nosso coração. Não pode o senhor Eurico Miranda com essa sua posição de quem pode tudo, através de lobbies fortíssimos que faz, querer desviar o propósito real da CPI encampada e proposta pelo senador Álvaro Dias. Meus parabéns ao senador Álvaro Dias.

E faço a proposição que estamos apresentando à Mesa o requerimento para que tivéssemos a solidariedade dessa Assembléia ao senador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(Declina)

Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança de Oposição.

Com a palavra deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Hoje foi dia de colhemos as informações que a imprensa paranaense, a imprensa nacional fez a respeito do episódio da venda do conglomerado Banestado.

Comentamos a venda do Banestado, mas até deixamos de fazer, e fazer a lembrança à memória da sociedade paranaense de que não fizemos apenas e tão somente o leilão do Banco do Estado do Paraná.

Ontem, senhor presidente e senhores deputados, foi leiloado, foi entregue à iniciativa privada, especialmente ao grupo Itaú, o Banco do Estado do Paraná, a Banestado Leasing, a Banestado Corretora, a Banestado Reflorestadora e a Banestado Seguradora.

Então, foi todo o conglomerado do Banestado ontem no leilão iniciado às 11:32 horas, e com lance de um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões de reais arrematados.

Ontem quando fazíamos aqui a colocação de que não foi um ato espetacular, episódio, de sucesso a venda do Banestado; mas foi antes uma má avaliação, que tem que buscar a responsabilização das empresas que efetuaram este levantamento e encontraram este valor patrimonial mínimo para a venda do Banestado, o Líder do Governo, digno deputado Valdir Rossoni, dizia que encontrávamos os números e esticávamos como elástico de acordo com a conveniência do momento.

Ora, e depois no contra-ataque o deputado, Líder do Governo, Valdir Rossoni, disse com relação ao PSDB.

Ora, eu em princípio não sou responsável pelos atos do senhor Alencar, ex-governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar então do PSDB. Mas tenho compromisso moral, tenho compromisso moral, ético e a responsabilidade do voto, que recebi, eu e mais os nossos outros 53 companheiros que receberam os votos nas urnas, de acompanhar aquilo que acontece no Paraná.

Daqui a pouco, o próprio Líder do Governo, lá mais na frente, tenho certeza que isso vai estar na memória do povo paranaense, vai dizer que não tinha responsabilidade, porque o governo era do PFL e ele é do PTB. Porque ele desconhece que, inclusive, o seu partido apóia o governo Fernando Henrique Cardoso, a nível nacional - na mesma responsabilidade que tem o PSDB, o PMDB, o PPB, também tem o PTB. E não tenham os senhores dúvida que, lá na frente, deputado Valdir Rossoni vai dizer: "Eu não tenho responsabilidade." O governador do Paraná, neste quadrante da vida do nosso Estado era do PFL e eu era do PTB, porque é assim que ele se comporta e relação ao seu partido e ao governo nacional. Mas os números não foram tirados.

Mais ainda, o deputado Valdir Rossoni vai negar também os números do governo. A Ernest & Young, auditores e consultores são contratados pelo governo e não pela oposição. Os números que dei aqui, tanto do crédito de liquidação, como do crédito tributário, do imposto de renda e da contribuição social, são números tirados do balanço produzido pelo governo do Estado do

Paraná, através da Secretaria da Fazenda, que contratou essa empresa.

Não estamos criando números. Dissemos, sim, e afirmamos sempre que os dados, a sub-avaliação realizada pelo governo não correspondia ao patrimônio do Banco do Estado do Paraná. Isso se constatou e para comprovar, senhores deputados, só tomo o Jornal do Paraná - não preciso pegar a Folha de São Paulo, - a Folha de Londrina, na folha de economia, na data de hoje: "Quanto à compra do Banestado o diretor do Itaú ressaltou, que considerou justo o preço que pagou." Ele falou que o fator decisivo, para arrematar o Banco do Estado foi a quantia do crédito tributário: "Os créditos tributários podem ser abatidos do recolhimento do imposto de renda, conforme o lucro que o banco tenha no ano. Fisher disse que pesou à decisão a capilaridade das agências do banco, como ponto negativo na avaliação do banco. Citou a quantidade de processos administrativos."

Isso mostra, senhores deputados, que aquilo que a Oposição vem falando, deputado Pessuti, Vossa Excelência, que nesse momento tem a responsabilidade de responder pelo bloco de Oposição - pode ter esse bloco a consciência tranqüila de que cumpriu o seu papel, inclusive, com o acerto, deputado Duílio Genari, na avaliação do banco, quando afirmamos da sua sub-avaliação.

Ora, ninguém vem e dá um ágio de 303% só pela cor do logotipo do Banestado, que é verde. Mas ele deu, porque sabia que os valores mínimos previstos para a liquidação e arremate do banco, eram irrisórios.

Agora, vem o governo e diz que fizemos um negócio espetacular. Espetacular só se estiver falando em nome do Banco Itaú. Porque realmente o Banco Itaú fez um negócio espetacular no Paraná, com fez em Minas Gerais e, com certeza, no Rio de Janeiro.

O Sr. Orlando pessuti

Concede-me um aparte, deputado?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Concedo, com muito prazer, até porque esse horário pertencia a Vossa Excelência, na condição de Líder da Oposição.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado José Maria, até hoje, estamos falando acerca de todos os problemas, daquilo que entendemos nesse processo, dos prejuízos que o Paraná teve acerca desse processo de privatização do Banestado, da doação que se fez ao Banco Itaú, do nosso Banco do Estado do Paraná e tenho comigo que, nos próximos dias, nos próximos meses, por culpa também desta Casa, vamos amargar tristes notícias acerca do novo Banco do Estado do Paraná. Corre já à boca pequena, que milhares de servidores do Banco do Estado serão demitidos num processo de "enxugamento" e que ao redor de 130 agências, algumas das quais pioneiras, únicas em municípios, serão fechadas, porque não têm essas agências, o desempenho

econômico e financeiro que agradará ou deixará de agradar o novo controlador do Banco. Certamente esta Casa não por nossa culpa, mas por aqueles que não concordaram com as propostas feitas pela Oposição, quando foi aqui votada a proposta de que se desse cinco anos de depósitos oficiais ao novo controlador do Banestado, que se amarrasse a isso, a permanência do quadro funcional e a permanência do quadro de agências funcionando no Estado do Paraná e que também se assegurasse por todos os meios possíveis, que o Banco permanecesse com a sua sede aqui no Paraná. Eu pessoalmente duvido que o Banco Itaú, tendo a majestosa estrutura que tem em São Paulo, vá manter outra estrutura aqui no Estado do Paraná. Duvido que isso vá acontecer. Tenho certeza, porque foi isso o que aconteceu em Minas Gerais, quando comprou o BEMG, o CredReal, foi isso o que aconteceu no Rio de Janeiro quando comprou o Banerj, que mais da metade dos funcionários hoje do Banestado serão demitidos e que mais de cem agências serão fechadas para a tristeza do povo paranaense e de todos nós, conseqüentemente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado, deputado.

Com certeza, o Banco não teria chegado onde chegou com esses prejuízos astronômicos, onde 5 bilhões e 800, menos 1 bilhão, 625 leva nas costas do paranaense, uma conta para os próximos 30 anos, de 4 bilhões e 200 milhões de reais, porque os recursos arrecadados do leilão da data de ontem, serão depositados diretamente no Banco Central, como determina a Resolução do Senado Federal, nº 98/98 no seu artigo 2º, § 5º. O recurso é destinado diretamente. Mas eu diria que não teria acontecido isso se não fosse o aspecto de o Banestado estar financiando empresas que contêm e têm na conta gráfica de débito de ICMS mais de 30 milhões. Está lá o Banco do Estado do Paraná, financiando em operações irresponsáveis. Isso sim é que levou o Banco à falência.

Gostaria de saber: a Casa não deve saber, mas a Copel já não deve pertencer mais ao governo do Estado do Paraná. Somados 1 bilhão, 650, vendidos nesse último bimestre e mais os 421 milhões que estão de posse da Tesouraria do Banestado, hoje Banco Itaú, dão em torno de 2 bilhões. É mais ou menos o que corresponde a 31,1% que detém ainda o Estado do Paraná, ainda na Copel. A Copel também já não é mais do governo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 486/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Creche Deputado Anibal Khury, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a criação da Circunscrição Regional de Serviço de Trânsito - Ciretran, no município de Ribeirão do Pinhal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2000, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilidade gratuita, ao município de Arapoti, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado dentro das terras de Campos e Matos "Invernadinha", com área de 50 alqueires. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, ao artigo 2º, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI Nº 289/2000

Art. - Suprima-se no artigo 2º do Projeto de Lei nº 289/2000, a expressão:

"Nem ser transferido a terceiros".

Sala das Sessões, em 18.10.2000

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio:

Algaci Tulio, Miltinho Puppio, Antonio Carlos Belinati e Antonio Annibelli.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública, a Creche Comunitária Tia Sandra, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Sengés, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, sediado na cidade de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 083, de 20.06.2.000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/2.000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, sediado na cidade de Maringá-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 16.08.2.000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 205/2000

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar sediado no Município de Maringá.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável, pois há um aumento da criminalidade na região noroeste do Estado. Sendo

assim faz-se necessário a redistribuição da área de ação do referido Batalhão.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.2.000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2000, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Escolinha de Futebol PP, com sede e foro no município de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 131, de 02.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 315/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Annibelli, visa declarar de Utilidade Pública a Escolinha de Futebol PP, com sede e foro no município de Clevelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.10.2.000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública o “Lar São Vicente de Paulo”, com sede em Califórnia e foro em Marilândia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 131, de 03.10.2.000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 318/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Puppio, visa declarar de Utilidade Pública o “Lar São Vicente de Paulo”, com sede em Califórnia e foro no município de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.11.2.000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1941, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente.-
Em Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1942, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Nereu Moura, Orlando Pessuti e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1928 e 1929, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1931 a 1935, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1936, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1938, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1939, 1940 e 1951, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1944 a 1950, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1952, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1953, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1954, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

Requerimentos nºs 1955 e 1956, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1957, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos senhores

deputados Nelson Garcia, Ricardo Maia, Plauto Miró Guimarães e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1917, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Marcos Isfer e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Pela Ordem, senhor deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Solicitar que Vossa Excelência lesse além da súmula a justificativa desse louvor.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Solicito ao 1º secretário que faça a leitura do requerimento, súmula e justificativa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Faz a leitura do requerimento, com súmula e justificativa**)

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Atendendo a solicitação do deputado Orlando Pessuti, foi precedida a leitura do requerimento.

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Para encaminhar o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, seria da nossa parte uma terrível incoerência se concordássemos com esse louvor que está sendo proposto por alguns deputados da base do governo.

A nossa avaliação que não é do dia de ontem, e não, também, somente do dia de hoje, mas uma avaliação que vem sendo feita, ao longo dos últimos anos acerca da gestão administrativa, da gestão financeira, da gestão econômica por parte desse governo, tem sido sempre essa avaliação no sentido de condenar os atos do governo e os atos praticados pelo secretário da Fazenda, também conhecido como primeiro Ministro Giovanni Gionédís.

Queremos realmente senhor presidente que esse requerimento não seja aprovado por esse Plenário, porque essa Assembléia, não pode mais uma vez deixar registrado em seus anais marcas de coisas das quais irá se arrepender no futuro.

Tenho plena convicção de que não é merecedor de um louvor uma pessoa que conduz um processo de

desestatização, fazendo com que percamos símbolos, marcas importantes da história política e administrativa deste Estado, como é a Sanepar, Copel e Banco do Estado do Paraná.

Essas três instituições, todas elas referências para o Brasil, para a América do Sul em muitas oportunidades, já que o Banco do Estado sempre se destacou como dentre os Bancos Estaduais, um daqueles que melhor desempenho sempre teve.

A Copel e a Sanepar sempre foram chamadas para oferecer consultorias a outros Estados do Brasil, a outros países da América do Sul e a outros países no continente asiático. Portanto, não merece o nosso louvor, a pessoa ou o grupo de pessoas que conduziram o processo de sepultamento - de instituições brilhantes, magníficas e lucrativas como foram a Copel, a Sanepar e como foi também o Banestado em muitos governos e em muitas oportunidades.

Por essa razão, não concordamos com a forma como esse governo tem se conduzido, acabando com as empresas públicas do Paraná, acabando com aquilo que tínhamos de royalties para receber ao longo de 22 anos, cedendo estradas para o pedágio nas rodovias do nosso Estado não construindo absolutamente nada de novas rodovias e não conservando aquelas que existem, não merece de nossa parte, da Bancada da Oposição, nenhum louvor a pessoa que está na minha avaliação, destruindo o patrimônio público do Paraná, sepultando a brilhante história construída por outros governantes.

Por essa razão, encaminhamos voto contrário ao requerimento de louvor a Giovani Gionédís e equipe.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Continua em votação.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Quero corroborar com as assertivas do deputado Pessuti e dizer que aprovar esse requerimento, é rir do povo do Paraná, é rir dos funcionários que serão demitidos, 3400 funcionários, é dar uma gargalhada de deboche dos funcionários que serão demitidos do Banco do Estado do Paraná. É aprovar o escândalo do “leasing”, dos precatórios, das inúmeras irregularidades que fizeram com que o Banco entrasse na derrocada.

Então, aprovar esse requerimento, é dizer “sim” a tudo isso e dizer “não” ao povo do Paraná. É dar uma bofetada no povo que assiste a tudo isso sem nada poder fazer. Por isso, me assomando às afirmações do deputado Pessuti, queremos acrescentar mais esses dados para dizer que nós, coerentes com a nossa posição, não achamos nenhum motivo para nos alegrarmos, nenhum motivo para ficarmos contentes e por isso, não merece nenhum voto de congratulação e terá o voto de repulsa, da Bancada da Oposição.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, apenas para anunciar que não podemos dar um voto de louvor a alguém que, segundo informa a “Folha de São Paulo” no seu capítulo sobre dinheiro, que um alto executivo que foi entrevistado pelo jornal, contou que o Banestado também dispõe de 107 agências pioneiras em pequenos municípios, que, podem não interessar ao Itaú. Então não podemos louvar alguém que vai fechar as nossas queridas agências do Banestado em vários municípios do Paraná.

Quero ter orgulho de chegar em casa, cidade pequena, a partir do momento que começar a receber ofício no meu gabinete pedindo para que lute para que as agências do Banestado não fechem no município, de dizer: Eu em todo momento briguei para não ser privatizado e jamais louvei essa atitude, como muita gente poderá até pensar em fazer. Também, endossando as palavras do deputado Nereu Moura: Não posso louvar alguém que patrocina demissões dos funcionários do Banco do Estado do Paraná. Não posso louvar alguém que a todo momento escondeu informações desta Assembléia e que prejudicou enormemente o Paraná. Não posso louvar alguém que nesse embalo da entrega do Banestado está, também, o risco e a entrega - quem sabe, da Copel.

Então o nosso voto será absolutamente contrário em homenagem à história e ao povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Vamos proceder a Verificação de Votação - 16 senhores deputados aprovam, 11 rejeitam. **Está Aprovado o requerimento.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço permissão a Vossa Excelência para registrar o voto contrário do deputado Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Nereu Moura, Edgar Bueno, Antônio Annibelli, Edson Strapasson, Ademir Bier, Valdir Pugliesi, Irineu Colombo e, certamente, o voto contrário de Vossa Excelência que não pôde votar, teve que se abster por estar presidindo a sessão - deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Solicito à Mesa que registre a solicitação do Líder das Oposições - deputado Orlando Pessuti.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 174, 205, 276, 315 e 318/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 067, 140, 200, 206, 210, 273 e 324/2000.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2000.

“Uma lição de homem público”

Gazeta do Povo

Sua vida, uma lição a ser aprendida por todos que sabem e entendem que vida pública é feita de virtudes pública e sacrifícios pessoais.

A morte de Ney Braga sepulta também o último estadista do Paraná. Como foi recentemente registrado aqui e com constrangimento o Paraná neste século que findou teve apenas dois estadista de nível nacional: Ney Braga e Bento Munhoz da Rocha Neto. Ney Braga, todavia, tinha uma vocação de homem público que faltava ao seu cunhado Munhoz da Rocha. Tinha e cultivava todas as virtudes republicanas: modéstia, austeridade, espírito público e, sobretudo, rigor com as coisas públicas.

Depois de ter percorrido quase todas as posições políticas de maior relevância neste país, exibia a única fortuna que conseguiu amealhar em tantos anos: sua exemplar honradez. Teve sempre uma vida quase monacal, traço que também era o da sua família, de admirável formação cristã. Espontânea retidão moral, praticada menos como regra e mais como atributo, tinha a modéstia e a desambição do verdadeiro católico, mas também a resistência e a obstinação de um homem de fé. Político até a medula, Ney Braga era um “homem em relação” mais correto seria dizer: em combate com os desafios e contra os outros homens que não tinham compromissos com o bem comum. O perfil do novo Paraná é uma das suas obras. Quem viveu no Paraná nos idos dos anos sessenta sabe avaliar bem o que representou para o Estado a sua liderança e sua obstinação reformista, sem a qual não teria sido possível prepará-lo para o seu prodigioso salto histórico. Quem leu o mais importante brazilianista americano, o historiador americano John Foster Dulles, sabe que Ney Braga esteve por duas vezes muito próximo da presidência da República: a primeira vez como sucessor de Castelo Branco, de quem foi ministro da Agricultura,

e a segunda vez como sucessor de Ernesto Geisel, de quem foi ministro da Educação e Cultura. Aliás, era de se ver como artista e intelectuais inclusive os de esquerda, imensa maioria na época tinham por Ney o maior carinho e admiração. Ney Braga respeitava e apoiava todas as manifestações artísticas, mesmo aquelas que faziam críticas ao regime ao qual estava politicamente vinculado.

É urgente que nossa comunidade acadêmica se interesse em avaliar a importância histórica que Ney Braga teve não só para o Paraná, mas para a nação brasileira. Um dos poucos políticos paranaense que viverá além de seu tempo. Sua vida, uma lição a ser aprendida por todos que sabem e entendem que vida pública é feita de virtudes pública e sacrifícios pessoais, e não a fruição fácil de privilégios e vantagens patrimoniais. O Paraná deverá sempre muito a ele, e ao qual Ney Braga sempre foi exemplarmente fiel.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado o Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 001/2000

I - prover, JOANA D'ARQUE GALDINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 02 de janeiro de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ELIZABETE RODRIGUES SIMÕES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 02 de janeiro de 2000;

III - prover, HOSTILIO LUSTOSA SANTOS FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 02 de janeiro de 2000;

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 002/2000

I - exonerar, a pedido, LIGIA BERNADETE MESQUITA DUARTE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, CLAUDEMIR JORGE WEBER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 02 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 19)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 003/2000

I - exonerar, a pedido, RODRIGO BERNINI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, ANDRE RICARDO BERNINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 02 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 766)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 004/2000

I - exonerar, a pedido, SALETE ZILIO, do cargo em comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Irineu Colombo, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, WESLEY MARTINS ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Irineu Colombo, a partir de 02 de janeiro de 2000, ficando autorizado a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

(Prots. nº 79 e 80)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 005/2000

I - exonerar, a pedido, SAUL SMANGOZEVESKY, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Antonio Baratter, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, JOARES BORTOLUZZI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Antonio Baratter, a partir de 02 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 169)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 006/2000

I - exonerar, a pedido, GUILHERME DE SALLES GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 02 de janeiro de 2000, ficando autorizado a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nº 174)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 007/2000

I - exonerar, a pedido, ELISIANE DO ROCIO ESMANHOTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, JANAÍNA MICHELE WATANABE NOVACK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 02 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 404)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 008/2000

I - exonerar, a pedido, ADELSON DIMITTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de janeiro de 2000;

II - prover, IVONETE REFFATTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de janeiro de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 009/2000

I - exonerar, a pedido, CARLA VERIDIANA SILVA NOLL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 01 de janeiro de 2000;

II - exonerar, a pedido, KARINA OLIVEIRA BONO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 01 de janeiro de 2000;

III - prover, EMERSON LUIZ DA SILVA NOLL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 01 de janeiro de 2000;

IV - prover, THAYSA OLIVEIRA BONO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 01 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 393)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 010/2000

I - exonerar, a pedido, MARIA BARBOSA MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2000;

II - exonerar, a pedido, OSVALDO DE GÓES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2000;

III - exonerar, a pedido, PAULO CEZAR DE CRISTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2000;

IV - prover, IVELIZE DO ROCIO MARTINS GÓES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2000;

V - prover, RITA MOREIRA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2000;

VI - prover, SANDRA MARA ALVES DE ABREU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 396)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 011/2000

I - exonerar, a pedido, RADAMERIS DO ESPÍRITO SANTO SAÍDE, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete da Liderança de Oposição, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, RADAMERIS DO ESPÍRITO SANTO SAÍDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 01 de janeiro de 2000, ficando autorizado a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, EDEMILSON VITÓRIO CZAICA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 01 de janeiro de 2000, ficando autorizado a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nº 416)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 012/2000

I - prover, JANE MARIA DASCHEVI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete da Liderança de Oposições, a partir de 01 de janeiro de 2000;

II - prover, APARECIDA DE FÁTIMA ZUCARELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 01 de janeiro de 2000;

III - exonerar, a pedido, RENATO FERNANDO MENEGAZZO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 01 de janeiro de 2000;

(Prot. nº 417)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 013/2000

I - exonerar, a pedido, OLÍMPIO NATAL CAMPOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de janeiro de 2000;

II - exonerar, a pedido, ELTON SILVIO CZA- IKA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de janeiro de 2000;

III - prover, OLÍMPIO NATAL CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de janeiro de 2000;

IV - prover, ELTON SILVIO CZA- IKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de janeiro de 2000.

(Prot. nº 496)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 014/2000

I - exonerar, a pedido, MAURÍCIO BLASCZAK, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 02 de janeiro de 2000;

II - prover, JORGE FERNANDO ZIMMER- MANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Albanor Gomes, a partir de 02 de janeiro de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedi- cação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 504)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 015/2000

I - exonerar, a pedido, SIDNEI BRUSCH, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de janeiro de 2000;

II - prover, DYOGENES HERYTTON DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de janeiro de 2000.

(Prot. nº 506)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.01.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 017/2000

exonerar, a pedido, MICHELA GUENDALINA PEZ- ZINI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabi- nete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

(Prot. nº 12.257)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 018/2000

I - exonerar, a pedido, ROBERSON NERI COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

II - prover, PATRICK ROBERTO GASPARETTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de fevereiro de 2000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 020/2000

I - exonerar, a pedido, ELIAB VIEIRA MORENO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

II - prover, ANDERSON SIMNATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

(Prot. nº 926)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 021/2000

I - exonerar, a pedido, ALICE SOARES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

II - prover, ALICE SOARES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

III - prover, HERYKA GUIMARÃES BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de fevereiro de 2000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.02.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 022/2000

exonerar, a pedido, JEFERSON LUIZ RESENDE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

(Prot. nº 1.110)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.02.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 023/2000

I - exonerar, a pedido, SANDRA RODRIGUES BERNARDELLI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

II - prover, UBALDINO JOSÉ STRAPASSON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

III - exonerar, a pedido, CELSO ZANONI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

IV - prover, RENATA DE OLIVEIRA MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

V - exonerar, a pedido, ODETE DE FÁTIMA BELTHER PINHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

VI - prover, RAQUEL DE OLIVEIRA MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

(Prot. nº 1131)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 024/2000

I - exonerar, a pedido, ROSANE VERANEIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

II - exonerar, a pedido, APPARECIDA BERNARDELLI BELTHER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

III - prover, ROSANE VERANEIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, APPARECIDA BERNARDELLI BELTHER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

V - exonerar, a pedido, SÔNIA REGINA CUNHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

VI - exonerar, a pedido, LUCIMARA PINHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

VII - prover, SÔNIA REGINA CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

VIII - prover, LUCIMARA PINHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

IX - exonerar, a pedido, GILZA REGINA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabi-

nete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

X - prover, ODETE DE FÁTIMA BELTHER PINHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

XI - exonerar, a pedido, MARIA MAGDALENA FACCHI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

XII - prover, SANDRA RODRIGUES BERNARDELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 025/2000

I - exonerar, a pedido, MARINA MORIBE LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

II - prover, SELMA DA SILVA PEIXOTO MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

III - exonerar, a pedido, ADAMARCI C. DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

IV - prover, ANÉZIA GOBI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1157)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 026/2000

I - exonerar, a pedido, FLÁVIO MILANEZ THOMÉ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

II - prover, MÁRCIA REGINA GUAZZI BELINATI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2000;

III - prover, FLÁVIO MILANEZ THOMÉ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 027/2000

I - exonerar, a pedido, MÁRCIA ADRIANE PFLEGER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

II - prover, FÁBIO SCHATZMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 028/2000

I - exonerar, a pedido, MARIA REGINA SUBTIL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Tomada de Contas, das Comissões Permanentes deste Poder, da Diretoria Legislativa, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

II - prover, MARIA DE LURDES CERVI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Tomada de Contas, das Comissões Permanentes deste Poder, da Diretoria Legislativa, a partir de 01 de fevereiro de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.02.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 030/2000

I - exonerar, a pedido, ANÍSIO TORMENA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, ANÍSIO TORMENTA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 01 de março de 2000;

III - prover, WESLEY COSENDEY SENKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 01 de março de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 031/2000

I - exonerar, a pedido, SÉRGIO BITTENCOURT, da Administração deste Poder, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, SARA MEDERO CORREIA BITTENCOURT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 01 de março de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nº 1633)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 032/2000

I - exonerar, a pedido, MARÍLIA ISFER RAVANELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2000;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ ANTÔNIO RODACOSKI JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2000;

III - prover, JOSÉ ANTÔNIO RODACOSKI JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2000;

IV - exonerar, a pedido, IZAÍAS JOSÉ SOARES BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2000;

V - prover, IZAÍAS JOSÉ SOARES BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2000;

VI - prover, DIVANYR STRUGAL ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2000;

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 034/2000

I - exonerar, a pedido, ELÓI MEZZADRI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, MARIA EMA CROZETA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 01 de março de 2000;

(Prot. nº 1667)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 035/2000

I - exonerar, a pedido, NATÁLIA NUNEZ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, ALESSANDRA ANDRES TÚLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2000;

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 036/2000

I - exonerar, a pedido, ADRIANA CRISTINA SOUZA SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, RENÉ SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de março de 2000;

(Prot. nº 1730)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 037/2000

I - exonerar, a pedido, MARIELZA CRISSI HOHL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, MARIA ISABEL STRASSACAPA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 01 de março de 2000;

(Prot. nº 1735)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 038/2000

I - exonerar, a pedido, MARA RÚBIA DOS SANTOS FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, SÉRGIO FURQUIM FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, RONALDO MIRANDA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 2000;

IV - prover, MARA RÚBIA DOS SANTOS FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 2000.

(Prot. nºs 1773 e 1775)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 039/2000

I - exonerar, a pedido, JOVITA MENDES DE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de coordenadora adjunta da Coordenaria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, ONNILDA SERENA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de coordenadora adjunta da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de março de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1774)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 040/2000

I - exonerar, a pedido, ROBERTO MASSIGNAN FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, VOLMAR DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de março de 2000 ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, MÁRCIO FRANCISCO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 2000;

IV - prover, ANTÔNIO ÁLVARO NEUMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 2000;

(Prot. nº 1826)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 041/2000

I - exonerar, a pedido, JULIANE CAMPOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, ZUAN ANTÔNIO MAIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, LETÍCIA TOYOMI YAGUI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

IV - prover, CARLA MARCHESINI TAQUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

V - exonerar, a pedido, ELIANTE VALDEREZ DE PAULA MORAIS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

VI - prover, CÍNTIA HELENA MARCHESINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

VII - exonerar, a pedido, FABIANO SCHEFFER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000;

VIII - prover, ALDAIR DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 042/2000

I - exonerar, a pedido, ONÉSIO CUSTÓDIO JORGE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gab-

inete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

II - exonerar, a pedido, ADRIANO GUEDES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000,

III - prover, ONÉSIO CUSTÓDIO JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

IV - prover, ADRIANO GUEDES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

V - exonerar, a pedido, EDVALDO JUVINO JORGE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

VI - exonerar, a pedido, CLICÉIA APARECIDA MELTIOR NADOLNY, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

VII - prover, EDVALDO JUVINO JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 043/2000

prover, AILZA ESTEVAM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2000.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 044/2000

I - exonerar, a pedido, WALTER SÉRGIO DMECA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, VALCIR MARTINS DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, OSLI DE SOUZA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2000;

IV - prover, POLIANA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2000;

(Prot. nº 1870)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 045/2000

I - exonerar, a pedido, SANDRA MARA ALVES DE ABREU, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 2000;

II - exonerar, a pedido, ODETINO DE OLIVEIRA CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2000;

III - prover, SANDRA MARA ALVES DE ABREU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2000;

IV - exonerar, a pedido, ZAIZA FERNANDES PASIAN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2000;

V - prover, VICENTE DE PAULO PALHARES FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 046/2000

I - exonerar, a pedido, RITA MOREIRA LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, MARIA BARBOSA MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de março de 2000;

III - prover, ODETINO DE OLIVEIRA CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de março de 2000;

(Prot. nº 1914)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 047/2000

I - exonerar, a pedido, GLADIMIR BECKER DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, MÁRIO BOESE FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, MARTA DE VASCONCELOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2000;

IV - prover, MARIA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2000;

V - exonerar, a pedido, PRISCILA DOS SANTOS PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C,

da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 01 de março de 2000;

VI - prover, GLADIMIR BECKER DE CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 01 de março de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nºs 1918, 1919 e 1920)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 049/2000

I - exonerar, a pedido, PABLO RICARDO DE OLIVEIRA MÓRBIS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2000;

(Prot. nº 1926)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 050/2000

I - exonerar, a pedido, ADILSON SOSNOWSKI FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, MÁRCIO MATHEUS DE FREITAS BORTOLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, ALEXANDRE MAGNO DE PAULI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2000;

IV - prover, SEBASTIÃO RÓDIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2000;

V - exonerar, a pedido, FRANCIELY DE MOURA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2000;

VI - prover, MAGDA MELO TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nº 1929)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 051/2000

I - exonerar, a pedido, ÁUREO DE LIMA FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabi-

nete do deputado Antonio Annibelli, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, PATRÍCIA CAROLINE RUSKI PERIZOLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Antonio Annibelli, a partir de 01 de março de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/2000

I - exonerar, a pedido, TEREZA CRISTINA SIQUEIRA SCOPEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, GERALDA DE FÁTIMA PAULINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, JACI ESTEVÃO DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

IV - exonerar, a pedido, LUCIMARA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

V - prover, JACI ESTEVÃO DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

VI - exonerar, a pedido, LAURO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

VII - exonerar, a pedido, ERONILDA PEDROSO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

VIII - prover, LAURO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

IX - prover, ERONILDA PEDROSO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

X - prover, TEREZA CRISTINA SCOPEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

XI - exonerar, a pedido, LUZIA KAUCH, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

XII - exonerar, a pedido, DANIELA CLEVE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

XIII - prover, DANIELA CLEVE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

XIV - exonerar, a pedido, GUILHERME JÚLIO SOUZA FARAH, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

XV - prover, LUZIA KAUCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2000;

(Prot. nº 1970)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/2000

I - exonerar, a pedido, PATRIZIA VANZETTI CAMINI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, FÁBIO LUIZ DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 01 de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, ROBINSOSN ANTÔNIO VANSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 01 de março de 2000;

IV - prover, PATRIZIA VANZETTI CAMINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 01 de março de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/2000

I - exonerar, a pedido, EDINA APARECIDA MAIOSTRI MATRICARDI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Puppio, a partir de 01 de março de 2000;

II - prover, GERSON DE SALES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Puppio, a partir de 01 de março de 2000;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.03.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 055/2000

I - exonerar, a pedido, GESIANI PIERI FALAT, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, GESIANI PIERI FALAT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000;

III - exonerar, a pedido, JORGIVAL PINTO DE AGUIAR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000;

IV - prover, JORGIVAL PINTO DE AGUIAR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000;

V - exonerar, a pedido, DYOGENES HERYTON DA ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000;

VI - prover, DYOGENES HERYTON DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000;

VII - prover, GUILHERME BADUY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tiago Novaes, a partir de 1º de março de 2000.

(Prot. nº 2018)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 056/2000

I - exonerar, a pedido, JOÃO BEZERRA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

II - prover, PAULO RONALDO DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000;

III - prover, MOISÉS ADILSON VELOZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2000.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.03.2000

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 315/2000

conceder, a ARI DREHMER, matrícula nº 40945, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Dentista, nível E-07, lotado no serviço médico odontológico, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 4156)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 316/2000

conceder aposentadoria por invalidez, a CARLOS A. SCHETTINI, matrícula nº 40.181, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235, da Lei nº 6174/70, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170, parágrafo único da mesma lei,

resultando em proventos de inatividade, conforme cálculos de fls. 07, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 5150)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 317/2000

conceder, a HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula nº 076, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa exercendo o cargo de consultora legislativa “A”, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 06 de dezembro de 1990 e 06 de dezembro de 1995.

(Prot. nº 5831)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 318/2000

conceder, a ADEMIR ALVES DUARTE, matrícula nº 40.141, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Segurança, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 6177)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 319/2000

conceder, a VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de consultor técnico “B” nível NU-3, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 17 de julho de 1994 e 17 de julho de 1999.

(Prot. nº 6481)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 320/2000

conceder, a MARCIA REGINA ABBA ROMERO, matrícula nº 40911, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal da Diretoria de Pessoal, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 6515)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 321/2000

490.000,00

conceder, a JUSSARA FREITAS TRANCOSO, matrícula nº 40578, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de enfermeira N-E04, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico da Casa, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 6750)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 322/2000

conceder, a ITAMAR SIMER, matrícula nº 40682, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Protocolo Geral, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70 licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 6776/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.09.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 036/200 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA

Código	P/A	Valor
33904300	2000	490.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Valor
33904700	2000	150.000,00
31901100	2000	340.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 09.10.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado Hermas Brandão - 1º Secretário

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 025ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE OUTUBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Luiz Carlos Zuk.

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 244/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a “Feducat - Fundação Educacional de Catanduvas - Paraná”, com sede e foro no município de Catanduvas. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 250/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário São Judas Tadeu - Creche Irmã Marta, com sede e foro no município de Paranaguá. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dos distribuidores de medicamentos COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA DA C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 064, de 30.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 174/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 174/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dos distribuidores de medicamentos.

Trata-se de matéria idêntica à Lei nº 11.190/99, do Estado de Santa Catarina.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos se posicionou favoravelmente à aprovação do projeto de lei.

Com base na Lei nº 12.493/99, que dispõe sobre resíduos sólidos, a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos tem analisado e emitido autorizações para destinação final a medicamentos vencidos.

O projeto de lei especifica as normas para a destinação de medicamentos vencidos e preenche importante lacuna no ordenamento jurídico, tratando de forma especial esse lixo, com o intuito de preservar o meio ambiente desses produtos químicos.

Salienta-se que na Europa, as farmácias possuem locais adequados para receber remédios vencidos ou não utilizados pelos cidadãos, para que estes não sejam jogados no lixo e, posteriormente, venham a contaminar o meio ambiente.

Em face do exposto, emitimos nosso Parecer Favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 174/2000, por considerá-lo constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15.08.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 174/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Nelson Justus, o presente plano de lei dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dos distribuidores de medicamentos.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar entende que a destinação final dos medicamentos é de responsabilidade da indústria farmacêutica, objetivando sanar as graves consequências causadas à população.

Conclusão

Assim sendo, somos de Parecer Favorável, sugerindo Emenda Modificativa em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) **LUIZ ACCORSI**

Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 174/2000

O § 1º do artigo 3º, e o artigo 5º do presente plano de lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

§ 1º - No prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento das informações de que trata o “caput” deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o encaminhamento dos produtos para serem submetidos a tratamento e disposição final específicos, obedecendo a legislação sanitária e ambiental vigentes”.

“Art. 5º - A inobservância de dispositivos de interesse da saúde pública e do meio ambiente serão sujeitos à fiscalização e penalidades previstas na legislação sanitária e ambiental vigente, no âmbito de sua jurisdição”.

§ 1º - ...

§ 2º - ...

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

Presidente e Relator

Apoioamento:

Edgar Bueno, Serafina Carrilho e Hidekazu Takayama.

Of.nº 1595/2000/GS

Curitiba, 24 de agosto de 2000.

Ilustríssima Senhora

Lydia Montani

Assessora Jurídica da Liderança do Governo na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Senhora Assessora

De ordem do secretário Armando Raggio e, em atenção ao Projeto de Lei nº 174/2000, que dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos, cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dos distribuidores de medicamentos, seguem as considerações abaixo:

1 - Sugerimos a alteração da redação do artigo 3º, § 1º, que passaria a ter o seguinte teor. No prazo máximo de 15 dias do recebimento das informações de que trata o *caput* deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o encaminhamento dos produtos para serem submetidos a tratamento e disposição final específicos, obedecendo a legislação sanitária e ambiental vigentes”.

2 - Proposição de nova redação do artigo 5º, uma vez que não é de competência da Vigilância Sanitária a fiscalização de relações comerciais compensatórias e financeiras entre farmácias, distribuidores e fabricantes mas sim, a fiscalização das relações legais de interesse à saúde pública, tais como rastreabilidade e qualidade dos

produtos: A inobservância de dispositivos de interesse da saúde pública serão sujeitos à fiscalização e penalidades previstas na legislação sanitária, vigente, no âmbito de sua jurisdição”.

3 - Considerando também as questões ambientais sugerimos a inclusão de parágrafo no artigo 5º com a seguinte redação. A inobservância de dispositivos de interesse do meio ambiente serão sujeitos à fiscalização e penalidades previstas na legislação ambiental vigente”.

No ensejo informo que o assunto em pauta encontra-se atualmente submetido à consulta pública de nº 48 de 04.07.2000-DOU 128-E de 05.07.2000, ratificando o contido na Resolução nº 05/93 do Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA, sobre a responsabilidade dos geradores de recursos de serviço de saúde.

Por oportuno, por não constar deste projeto de lei, informo que nestas discussões está presente a proposta a criação de Centrais de Tratamento e Disposição Final de Medicamentos, sob a responsabilidade de distribuidoras e fabricantes em sua instalação, operação e manutenção.

Atenciosamente

(a) CARLOS POSPISSIL MOUTINHO

Chefe de Gabinete

SECRETARIA DA SAÚDE

Gabinete do Secretário

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência gostaria de registrar a presença do prefeito, reeleito, Miguel Barbieri, da mesma forma do senhor Zunttolf Van Kaick, e Elói Setti, da Ocepar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 19, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projeto de Lei nº 280, 360 e 313/2000.

Levanta-se a sessão.